

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**FORMAS DE SOBREVIVER NA URBE: ETNOGRAFIA BREVE NA BAIXA DA
CIDADE DO PORTO**

Verónica dos Santos Fernandes

Outubro, 2011

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor *José Luís Fernandes* (F.P.C.E.U.P.).

Resumo

O texto que aqui apresentamos corresponde a uma síntese, com um aspecto relativamente ordenado e coerente, daquilo que constituiu, ao longo de dois anos, o nosso processo de investigação. Os protagonistas deste trabalho são os atores sociais que utilizam as ruas da baixa da cidade do Porto, nomeadamente a Rua de Santa Catarina e a Rua de Cedofeita, assim como os percursos entre estas, como forma de angariação de dinheiro.

Assim, no Capítulo I descrevemos sucintamente os alicerces teóricos e metodológicos do nosso trabalho. Nomeadamente, as abordagens do interacionismo simbólico, da fenomenologia e da psicologia ambiental, as quais apontam para uma conceção do indivíduo que: incorpora, interpreta e reage às influências sociais; é ativo e dotado de um ponto de vista próprio; é parte integrante de um espaço.

Desta forma, ao nível metodológico, estas conceções envolvem uma necessária imersão no contexto e a permanência neste, de forma a permitir um olhar de *dentro* do fenómeno e a participar das próprias interações que se observam – o que é característica da etnografia.

Os resultados da nossa etnografia breve são descritos no Capítulo II relativo à Monografia de terreno. Aqui, partimos de uma análise mais geral onde procedemos a uma descrição de todos os atores que, ao longo dos dez meses de trabalho de terreno, pudemos encontrar no espaço selecionado.

Progressivamente, à medida que vamos avançando no texto, vamos entrando nos aspectos mais profundos respeitantes à esfera privada dos nossos sujeitos - as suas *motivações, trajetórias, percepções* e a relação destes com o espaço, nomeadamente a *rua* – assim como vamos conhecendo a reação social relativamente a este fenómeno.

Abstract

The text that we are presenting corresponds to a synthesis, with an aspect relatively arranged and consistent, of what constitutes during the period of two years our process of investigation.

The main leading figures of this work are the social actors that use the down town of Oporto, namely Santa Catarina road and Cedofeita, as well as the trajectory between these, as the way to collect money,

Therefore, in chapter I, we describe concisely the theoretic and methodological foundation of our work, namely the approach of the symbolic interactionism, of the phenomenology and the environmental psychology, which points out to the conception of the individual that: incorporates, interprets and reads to the social influences and is endowed of his own point of view, being an integrant part of a space.

So, at the methodological level, these conceptions involve a necessary incurring in the context and the permanence in it, in such way that it allows an inner look into the phenomenon and be part in the interactions that can be observed which is a feature of ethnography.

The results of our brief ethnography are described in chapter II according to the monograph of the ground. From here, we begin with a more general analysis and we proceed with the description of all the actors who during the period of ten months' work in the ground we observed in the space.

Progressively as we advance in the text, we come to a deeper aspects of our subjects concerning the private worlds - its motivations, trajectories, perceptions and their relationship with the space, namely the street – as we be familiar with the social reaction to this phenomenon.

Résumé

Le texte que nous vous présentons correspond à une synthèse, ayant une structure relativement ordonnée et cohérente de ce qui a constitué, au long de deux ans, notre projet de recherche. Les protagonistes de ce travail sont les acteurs sociaux qui utilisent les rues du centre ville de Porto, notamment Rue de Santa Catarina, Rue de Cedofeita ainsi que les parcours entre celles-ci comme moyen et milieu pour recueillir de l'argent.

Ainsi dans le chapitre I, nous décrivons de façon succincte les bases théoriques et méthodologiques de notre travail. Notamment, les abordages de l'interactionnisme symbolique, de la phénoménologie et de la psychologie environnementale, celles-ci nous menant à une conception de l'individu qui incorpore interprète et réagit aux influences sociales, il est actif et il est doté d'une perspective personnelle, son point de vue, il fait parti intégrante d'un espace.

De cette manière, au niveau méthodologique, ces conceptions obligent à une immersion dans le contexte et à sa permanence dans celui-ci de façon à permettre un regard de l'intérieur du phénomène et à pouvoir participer aux interactions qui s'observent – ce qui est caractéristique de l'ethnographie.

Les résultats de notre brève ethnographie sont décrits dans le chapitre II concernant la monographie du terrain. Ici, nous partons d'une analyse plus générale dans laquelle nous procédons à une description de tous les acteurs que au long des dix mois de travail sur le terrain, nous avons pu rencontrer dans l'espace sélectionné.

Progressivement, au fur et à mesure que nous avançons dans le texte, nous pénétrons dans les aspects les plus profonds concernant les mondes privés de nos individus – leurs motivations, leurs trajectoires, leurs perceptions et la relation de ceux-ci avec l'espace, notamment la rue- et ainsi nous sommes menés à connaître la réaction sociale à ce phénomène.

Índice

Introdução.....	6
CAPÍTULO I: A TEORIA, O PROBLEMA, O MÉTODO	
1. Orientações epistemológicas e teóricas.....	9
1.1. Escola de Chicago.....	9
1.2. Interacionismo simbólico	12
1.3. Fenomenologia - teorias do ator social	13
1.4. Psicologia Ambiental	14
2. Problema e conceitos relacionados	16
2.1. Evolução histórica do mendigo.....	16
2.2. Conceitos relacionados: divergência, exclusão social e trabalho.....	19
3. O método.....	22
4. O método em ação.....	25
CAPÍTULO II: MONOGRAFIA E TERRENO	
1. Um percurso visual pela baixa da cidade do Porto	36
1.1. Animadores de rua: músicos, malabaristas e palhaços	37
1.2. Pedintes personalizados	39
1.3. Os verdadeiros mendigos	40
1.4. Ciganos romenos e outras minorias étnicas	41
1.5. Binómio homem/cão	42
1.6. Os arruaceiros	42
1.7. <i>Los vagos vagabundos</i> – pedintes do século XX	43
2. Histórias de vida	44
2.1. Dos marginais	45
2.2. Dos marginados	50
3. A reação social	56
4. A rua como contexto.....	60
Conclusões	63
Referências bibliográficas	65
Anexos	68

Introdução

Todos os momentos inerentes ao processo de investigação científica são condicionados por factores distintos. Somos condicionados por constrangimentos ligados às características do próprio objecto, constrangimentos relacionados com o contexto da pesquisa e, sobretudo, somos limitados pelo próprio posicionamento teórico que escolhemos (Pinto, 2009).

Começamos por esta última limitação: o nosso posicionamento teórico. Optar por uma teoria, significa escolher um paradigma científico, ou seja, escolher uma grelha de leitura conceptual segundo a qual vemos e analisamos a realidade (Kuhn (1994 [1962])).

De acordo com Guba (1990), os paradigmas diferem entre si na sua ontologia - na forma como procuram encontrar respostas acerca da natureza e da realidade; na sua epistemologia - qual a relação que o investigador estabelece com o que é conhecido?; na sua metodologia - quais as estratégias consideradas apropriadas para a produção de conhecimento? Ou seja, o posicionamento vai direccionar a forma como percebemos a realidade, como interagimos com esta e, de uma forma geral, como a conhecemos.

Por outro lado, embora sejamos *agidos* pela teoria somos também *actantes*, na medida em que temos a liberdade de escolher entre as opções disponíveis¹. Assim, a nossa relativa liberdade permitiu-nos afastarmo-nos das grelhas de leitura de origem positivista, e aproximarmo-nos das investigações qualitativas. Estas preconizam a subjectividade e multiplicidade da realidade; a diminuição da distância entre os investigadores e os investigados; reconhecem que a pesquisa é guiada por valores, por si só, subjectivos, e que o enviesamento ocorre naturalmente; escrevem num estilo literário informal, aplicando termos qualitativos; usam uma lógica indutiva, estudam em contexto e utilizam um desenho de investigação emergente (Guba, 1990).

É assim que entendemos a investigação. Por um lado, devido a uma inclinação pessoal por metodologias qualitativas. Mas, sobretudo, porque estas metodologias adequam-se ao nosso objecto. Pretendemos estudar o sujeito que usa a rua de Santa Catarina e de Cedofeita como forma de subsistência, e pretendemos conhecê-lo como um

¹ Estes conceitos, desenvolvidos por Digneffe em “Le sujet est à la fois «actant» et «agi»” (1989, *cit in* Oliveira, 2008) serão enquadrados adiante, a propósito da teoria do actor social.

todo. Ora, este conhecimento só é possível através de procedimentos que nos aproximem do objecto e que nos permitam conhecê-lo no seu contexto de vida.

Assim, este trabalho tem como principais referentes teóricos a sociologia da desviância, a criminologia americana e a ecologia urbana, disciplinas que devem o seu desenvolvimento à Escola de Chicago, a qual permitiu uma nova concepção de crime e de espaço (Fernandes, 1997). E é partindo do princípio de que “escolher um método é escolher uma teoria” e que “nenhuma metodologia se justifica por ela mesma, é necessário, para lhe compreender a escolha e o uso, aproxima-la da teoria com a qual é compatível” (Coulon, 1992, *cit in* Fernandes, 2002) que a nossa escolha teórica nos direcciona para um método. O nosso olhar sobre o objecto só é possível a partir de uma investigação etnográfica, a qual é organizada através de uma postura hermenêutica, fundamentada em descrições densas da acção e da experiência subjectiva, em situações naturais, segundo a qual uma boa interpretação é baseada numa amostragem intencional (teórica), gerada a partir do terreno (*grounded*); pelo que a análise de dados será indutiva e as interpretações ideográficas (contextuais) (Denzin & Lincoln, 2000).

Apresentamos os factos tal como eles nos foram dados a conhecer, quer pela observação directa, quer pela forma como os sujeitos os contaram ao longo da nossa permanência no terreno. No entanto, enfatizamos que estes dados não existem independentemente de nós: a construção social subjectiva-os. O que consta deste trabalho é a nossa própria visão e interpretação sobre as pessoas e sobre o mundo que estudamos. No entanto, tentamos representar de forma exacta, tanto quanto possível, os acontecimentos que observamos e nos quais estivemos envolvidos, articulando-os com material teórico, com o intuito de darmos sentido à porção da realidade estudada.

Desta forma, no capítulo II apresentamos a nossa monografia de terreno. Começamos com um olhar geral sobre o fenómeno estudado, fazendo uma breve descrição sobre os actores sociais que podemos encontrar ao longo do percurso visual pela baixa. Aqui focamo-nos apenas em aspectos externos ao sujeito, valorizando tudo aquilo que o nosso olhar nos pode dizer sobre este, nomeadamente, como se apresenta, como exerce a sua actividade. Depois deste olhar geral, vamos penetrando progressivamente na sua esfera privada, conhecendo as suas histórias pessoais, e percebendo, também, de que forma a nossa sociedade – aqui representada pelos lojistas, vendedores ambulantes, engraxadores de sapatos, estudantes universitários e simples passeantes que partilham com os nossos actores o mesmo espaço – encara o fenómeno da sobrevivência na rua.

CAPÍTULO I. A TEORIA, O PROBLEMA, O MÉTODO

1. Orientações epistemológicas e teóricas

1.1. Escola de Chicago

A Escola de Chicago surgiu em 1892, tendo-se desenvolvido num contexto de vertiginoso crescimento de Chicago, cidade que acabou por se converter numa grande metrópole, passando a receber pessoas dos vários Estados de Este, assim como da Europa. No entanto, este rápido crescimento levou a algumas contradições sociais: poucos dos que chegavam tinham êxito, o que fomentou a prática de comportamentos criminosos. A pobreza surgia, assim, como o reverso de uma sociedade que se industrializava rapidamente em condições de liberalismo (*laissez-faire*) (Hannerz, 1993).

Esta conjuntura económica e social levou à crescente problematização dos novos fenómenos da cidade, permitindo a concepção da cidade como interrogação sociológica autónoma – a cidade que gera modos interaccionais específicos (Fernandes, 2002). Esta curiosidade levou ao desenvolvimento de dois tipos de estudos urbanos: a sociologia e a antropologia. Estas disciplinas mantinham um constante intercâmbio de conhecimento entre os estudos das duas áreas, porém, cada uma diferia quanto ao objecto e ao método. A sociologia, para garantir a sua cientificidade mantinha-se fiel aos dados quantitativos; e a antropologia, para garantir a objectividade das suas observações, continuava a interessar-se por povos distantes (Hannerz, 1993).

Detenhamo-nos, primeiramente, na sociologia urbana. O resultado acumulativo das investigações do tipo ainda quantitativo foi uma série de estudos correlativos que empregavam dados quantitativos abstractos, os quais se tornaram bastante importantes na ecologia sociológica urbana (*ibidem*).

Assim, verificamos que o gosto inicial pelos métodos empíricos permitiu olhar a cidade como objecto de estudo muito rico ao nível da quantidade de objectos passíveis de estatísticas. Estes dados estatísticos possibilitaram a elaboração de dados e mapas de distribuição populacional, que permitiram verificar que as classes sociais se encontram segregadas por barreiras (*ibidem*).

Porém, apesar de ter sido o lado quantitativo que fez nascer a sociologia urbana, foi o seu lado mais qualitativo que a fez desenvolver-se. Só a metodologia qualitativa, própria das investigações antropológicas permitiu o conhecimento holístico de uma dada cultura. É neste ponto que a Escola de Chicago se torna particularmente importante. Park (1915)

assinalou que o método da antropologia poderia ser muito importante para as investigações urbanas. Mas em que medida? É verdade que esta disciplina se tinha preocupado até à data com o estudo de povos *primitivos*, *distantes* e *exóticos*. No entanto, será necessário ir tão longe para descobrir a diferença? Para garantir a objetividade do estudo e, bem assim, dos resultados? Os Antropólogos de Chicago mostraram que “a vida e a cultura urbanas são mais variadas, matizadas e complicadas” (Hannerz, 1993: 42), e delas não se conhece tanto quanto se julga. O seu carácter é diversificado, plural e, por isso, complexo, pelo que a estranheza acaba, de facto, por morar ao lado.

Resulta desta linha de pensamento que os mesmos métodos de observação anteriormente utilizados por Boas e Lowie no estudo dos índios norte-americanos - eg. a observação dos fenómenos em contexto natural, incluindo entrevistas informais e recolha de documentos pessoais como histórias de vida dos indivíduos - poderiam ser também empregues nos estudos sobre a cidade. Estes poderiam ser particularmente frutíferos na investigação dos costumes, práticas sociais e concepções gerais sobre a vida nas cidades. Park mostra-nos, ainda, que a cidade e o seu homem civilizado são objectos muito interessantes de investigação. Ao mesmo tempo, a sua vida está muito mais aberta à observação e ao estudo (*ibidem*).

Relativamente à concepção da Escola de Chicago sobre os problemas da desorganização social e desviância, há duas fases a considerar. A primeira, baseada nas ciências naturais e no positivismo, o que levou a uma correspondência entre concepções antagónicas da biologia, como saúde vs doença, crescimento vs decadência, úteis e legítimas para compreender e organizar o reino do orgânico, mas pouco úteis para serem ampliadas à existência subjectiva do indivíduo, e às concepções da vida social (Matza, 1981 [1969]). E a segunda, marcada por uma mudança de paradigma e, por isso, orientada pela antropologia urbana.

Assim, num primeiro momento, os investigadores chicaguienses entendiam por patologia uma variante ou mudança no indivíduo que o tornaria inviável. Mas como seria possível descrever a diversidade urbana visível nas metrópoles americanas, mantendo a ideia de patologia? Este dilema foi parcialmente resolvido na concepção de “*desorganização social*” de William Thomas segundo o qual esta corresponderia “ao decréscimo da influência das regras sociais de comportamento existentes sobre membros individuais do grupo” (*cit in* Hannerz, 1993:33).

Mantém-se a ideia de patologia mas opta-se pela sua recentragem, - desloca-se a ideia de patologia do individual para o social. Nesta perspectiva, a patologia surge quando

as regras convencionais que organizam a vida social e nos ligam a esta se tornam inoperantes. É aí que o homem se revela como um ser perigoso (Matza, 1981 [1969]).

Estas condições, provocadas por mudanças sociais rápidas, pela urbanização, imigração, crises económicas, tomam lugar nas metrópoles - consideradas como locais onde é propícia a desorganização social. A pobreza, a fragilidade e o carácter segmentário das relações sociais urbanas contribuía, segundo o que se pensava, para a desorganização social e conseqüente relaxamento do controlo sobre os impulsos (*ibidem*).

Mais ainda, segundo esta visão, que assemelha o comportamento desviante a uma patologia social, poderíamos nomear certas zonas da cidade como focos de patologias: seria o caso das favelas, das ilhas e dos bairros sociais. Estes focos, ou melhor, estes *tecidos lesionados da sociedade*, produziriam défices de socialização, deficiências nas relações afectivas ou sociais.

Mas serão estas comunidades desviantes inviáveis? E o sujeito será inviável para quem? E se é inviável, então porque é que certos comportamentos, considerados desadaptados, se perpetuam? Se continuarmos a seguir uma perspectiva biológica, então, os inadaptados deveriam sucumbir e dar lugar aos seres mais aptos às exigências da sociedade.

Não é a isso que assistimos. Daí que, num segundo momento, a Escola de Chicago tenha passado a encarar a patologia social como uma forma de organização. Afinal essas favelas, esses bairros, poderão ser, ao invés de focos de patologia, focos de diversidade.

Consequentemente, a antropologia urbana permitiu afastar as ideias pré-concebidas dos mundos desviantes, reconhecendo que, afinal, dentro de cada sociedade há vários grupos, cada qual com a sua política interna. Com uma dinâmica particular. Esta disciplina foi direccionando o olhar para a análise de sociedades em pequena escala, fazendo estudos de caso, trabalhando com comunidades, grupos de vizinhança. A perspectiva de trabalho é assim estratégica, direccionada, e mesmo partindo de categorias sociológicas mais amplas, está permanentemente em contacto com indivíduos concretos, carregados de densidade existencial e, por isso, dificilmente convertíveis em números (Velho, 1974).

Na verdade, são os verdadeiros sujeitos e a sua realidade que marcam o trabalho do antropólogo. Esse contacto pessoal directo faz com que os padrões de objectividade científica tradicionais tenham de ser encarados com certa reserva. Por isso mesmo, o trabalho do antropólogo tem de assumir cada vez mais uma dimensão de intersubjectividade (*ibidem*).

1.2. Interacionismo simbólico

“A diferença entre ser um criminoso e um cidadão correcto está no facto de uma pessoa ser etiquetada como tal. A aplicação do rótulo a alguém tem consequências significativas na maneira como a pessoa é tratada pelos outros e na maneira como se vê a ela própria.” (Stephen Moore, 1988)

Os investigadores desta corrente, retomando os enunciados da Escola de Chicago², promoveram uma renovação teórica da sociologia, evidenciando dois pontos fundamentais de análise. Por um lado, consideram que existe todo um conjunto de práticas sociais, em paralelo ao crime e à delinquência explícitos, passíveis de sanção societal. Por outro, que existem formas de sanção estruturadas na criação de novas categorias do desvio. A este propósito, os teóricos desta corrente designaram o desvio como “qualquer forma de comportamento que transgrida as normas aceites e definidas por um grupo, ou por uma instituição, numa dada sociedade (Xiberras, 1993).

Esta abordagem foi desenvolvida por Herbert Blumer (1982 [1969]), o qual enuncia três premissas básicas: a primeira, segundo a qual o ser humano se comporta em relação às coisas em função do significado que estas têm para ele; a segunda, nos termos da qual os significados dessas coisas são produtos sociais, isto é, derivam da interação que cada um tem com os demais; e a terceira, através da qual defende que esses significados são tratados e modificados pela pessoa através dum processo interpretativo motivado pelas situações com as quais se confronta.

No plano da teoria e do posicionamento epistemológico, o cerne do debate interaccionista centra-se, no entender de Gilberto Velho (1974), no facto de não existirem desviantes em si mesmo, mas sim uma relação entre indivíduos/grupos que acusam outros agentes de estarem consciente ou inconscientemente a quebrar, com o seu comportamento, limites e valores de determinada situação sócio-cultural.

O interacionismo simbólico apresenta, assim, uma visão do mundo que enfatiza a base social do comportamento humano e que, simultaneamente, acentua a variabilidade das respostas individuais nas situações sociais. Para o interaccionismo, o comportamento, mais do que ser determinado por forças externas, é resultado da interpretação que cada sujeito

² Com alguma frequência são, inclusivamente, referenciados como a “Nova Escola de Chicago”. Sobre este assunto conferir Herpin, 1982.

faz em situação de interacção social. O que significa que as pessoas interpretam a realidade, não lhe respondem como se fossem autómatas (Rock, 2001).

Nesta perspectiva, o estudo das relações sociais deve ser sustentado em dois sistemas de acção, nomeadamente: “o olhar da sociedade, que define a categoria do desvio” e o olhar dos estigmatizados, que “integra a etiqueta aposta da sociedade, mas que desenvolve, não obstante, o seu próprio ponto de vista” (Xiberras, 1993).

1.3. Abordagem fenomenológica – teorias do ator social

“Quem és tu afinal, para além de seres o responsável pelo crime tal?”
(Foucault, 1981, *cit in* Manita, 1997)

A fenomenologia é, mais do que um guia para questionamentos teóricos, ou uma ferramenta metodológica, uma atitude de compreensão profunda do outro, partindo da premissa que há coisas sobre ele que só o próprio poderá saber (Fernandes, 2002).

Esta atitude surgiu em meados do século XX, após uma crescente necessidade de conhecer em profundidade o homem criminoso, a qual permitiu abandonar o determinismo biológico que defendia que o comportamento criminoso era o resultado de constrangimentos internos do seu autor (e.g. Lombroso, Garofalo), ou de determinismos externos, sociais e geográficos, (e.g. Ferri, Lacassagne), passando-se a enfatizar a inteligibilidade do seu acto por referência à sua conduta geral, carácter, motivos, instintos e afectos, antecedentes pessoais (Manita, 1997).

Assim, o conceito de actor social, como o concebe Debuyst (1990), implica três condições: o sujeito não é um ser passivo, resultado de determinismos; o sujeito é dotado de um ponto de vista próprio, dependente da posição que ele ocupa no quadro social (o que não permite que ele seja considerado completamente livre), e condicionado pela sua história e pelos projectos em torno dos quais as suas actividades se organizam; o sujeito é chamado a ser actor no quadro societal ou das inter-relações (*cit in* Oliveira, 2008).

Para Digneffe (1990, *cit in* Oliveira, 2008), a grelha de leitura do actor social pode ser fecunda para uma compreensão das condutas da transgressão, pois supõe uma visão do mundo social que é dinâmica, histórica e não determinista. A noção de actor social supõe, segundo esta, uma representação do actor que transgride como alguém inserido numa história e que manifesta nas suas relações as regras das quais ele participa – nesta perspectiva o sujeito é *agido*, não sendo totalmente livre - mas mostra igualmente que não

existe um sentido único para todas as condutas transgressivas, pois cada sujeito constrói a sua história e, neste sentido, é *actuante*.

Esta visão implica a adopção de técnicas que, através da permanência do investigador no terreno, permitam o conhecimento *proximal* dos indivíduos, através da presença prolongada com estes no terreno, a qual vai permitindo ir gradualmente colocando os indivíduos, não como objectos, mas sim como sujeitos. Ou seja, “não como os alvos de uma série de questões prévias, colocadas a partir do universo da cultura de pertença do investigador, mas como actores sociais, como co-construtores de um campo de acção social, na qual as condutas desviantes deixam vir à luz significações” (Agra & Fernandes, 1991:19).

Daqui resulta que a relação que desenvolvemos no terreno não seja *extractiva*, ou seja, não se baseie em extrair do sujeito aquilo que ele nos pode dizer num dado momento formalizado para o efeito, momento este que é princípio e fim da relação fugaz (como no caso da passagem de inquéritos). Ao invés, configura-se como “uma relação *participativa* forjada no fluxo da acção social no contexto natural” (Agra & Fernandes, 1991:20).

1.4. Psicologia Ambiental

“Tudo tem importância na organização do espaço – as formas em si, a relação entre elas, o espaço que as limita – e esta verdade que resulta de o espaço ser contínuo anda muito esquecida. Citemos, para exemplo, um caso frequente: projecta-se uma estrada, manifestação de organização do espaço e factor de movimento, e em que é que se pensa unicamente? No seu comprido perfil longitudinal e na pequenez dos seus perfis transversais; todo o resto, todo o sistema de relações, quer paisagísticas, quer urbanísticas, quer económicas e outras que o fenómeno implica, é esquecido como se fosse possível abstrair esse acontecimento de todo o espaço e de toda a circunstância que a envolve.” (Fernando Távora, 2004)

A citação acima aponta para uma preocupação da arquitectura em conhecer todo o contexto e toda a envolvente que se relaciona com a obra que se pretende projectar. De forma semelhante, não podemos pensar no indivíduo de forma isolada – como, aliás, tem sido veiculado. Já vimos que o sujeito, embora livre, é em parte – sublinhamos este “em parte” – resultado de uma macroestrutura social, política e económica que o limita no seu agir. Da mesma forma, devemos olhar o sujeito como inserido num determinado espaço, no qual e com o qual age e reage.

Assim, a ideia fundamental veiculada pela psicologia ecológica é a relação complexa, intrincada e dinâmica entre espaço - que nunca é apenas físico, mas socialmente construído – e o comportamento humano que nele tem lugar:

“Vivemos sempre num espaço. Longe de ser tão só um quadro puramente exterior, ele é a matriz que enforma todas as nossas relações na sua complexidade, ao mesmo tempo que é, como elas, o resultado de factores culturais, sociais, institucionais (...). A natureza das relações assim estabelecidas revela dois aspectos: o ambiente actua sobre o ser humano que, por sua vez, age sobre os factores espaciais que o determinam; são portanto os alicerces da natureza dessa relação que permitem explicar o valor do espaço e a orientação da conduta” (Fisher, 1994)

Arias (1986 *cit in* Fernandes, 2002:47) mencionou cinco características fundamentais da psicologia ambiental: ecletismo; análise da conduta em diferentes níveis; interesse pelos processos subjacentes aos fenómenos; utilização de estratégias diferentes para a análise de um mesmo fenómeno; explicação dos fenómenos através de causalidade múltipla e circular.

Mas de que forma é que esta concepção se materializa na componente prática? A verdade é que não há indicações metodológicas precisas, mas sim uma dispersão de procedimentos que são congruentes com o seu carácter “pluriparadigmático, que induz necessariamente a uma plurimetodologia” (Burillo e Aragonés, 1986, *cit in* Fernandes, 2002).

É, provavelmente a *observação directa* a estratégia mais comumente sugerida para quem segue esta linha de pensamento. Desenvolvida em situações naturais, esta estratégia permite muita liberdade ao investigador o qual, frequentemente, é também participante. É o método típico da antropologia social e da etnografia urbana. A sua meta não é testar hipóteses, mas “descrever a conduta do grupo da melhor forma possível através de indicadores múltiplos: linguagem, costumes, valores, contactos sociais, incidentes críticos, movimentos, etc.” (Arias, 1986, *cit in* Fernandes, 2002:47).

2. Problema e conceitos relacionados

2.1. Evolução histórica do mendigo

“Ao longo da história as figuras do vadio vão sendo alteradas, reajustadas, multiplicadas “como se não fosse possível fixa-lo sem alargar o seu contínuo vaguear.” (Fatela, 1989)

Na Idade Média a marginalidade estava devidamente configurada e delimitada por espaços físicos, correspondentes a espaços desconhecidos e/ou longínquos, aos quais correspondiam as respectivas figuras associadas à marginalidade. A marginalidade estava espacialmente delimitada. Porém, transformações de ordem diversa, associadas ao declínio do feudalismo levaram a um progressivo desenvolvimento das urbes. Como resultado, aumentaram as migrações para a urbe, certas populações fixaram-se nas periferias, e a burguesia foi-se desenvolvendo progressivamente (Manita, 1998).

Assistimos, assim, à multiplicação, no espaço da cidade, de ofícios até aí considerados vis (e.g. carniceiro, carrasco), pois estes, que inicialmente se encontravam escondidos, passaram a assumir crucial relevância económica e funcional, pelo que rapidamente foram absorvidos e integrados na vida do burgo – sujeitos que inicialmente eram marginais, passam a ser centrais (*ibidem*).

A partir do século XVI a sociedade dá-se conta da existência de uma imensa franja da população a viver em situação de miséria e pobreza profundas, sobrevivendo da mendicidade e da caridade. Assim, surge uma nova noção de *marginalidade*, onde cabem diferentes figuras objeto de problematização e de controlo social: o *pobre (desempregado, mendigo, vadio)*, o *louco improdutivo* e o *criminoso*, elementos tornados estranhos a um tecido social que se vê agora orientado para o desenvolvimento e obtenção de riqueza (*ibidem*).

Daqui resulta que, agora, o marginal já não é o habitante de um dado espaço; já não é aquele que exerce um ofício impróprio ou vil. O marginal é aquele a quem falta um ofício. Como forma de combater e controlar a falta de trabalho e ociosidade, proliferaram por toda a Europa leis que visavam gerir a vida dos *corpos sociais e individuais*, e que, apenas de diferirem consoante os *motivos*, com o intuito de distinguir quem tem ou não tem legitimidade para pedir (*ibidem*), tinham como pressuposto comum o papel do trabalho enquanto estratégia disciplinar e moralizante (Foucault, 1997 [1975]).

Avançando um pouco na história, entre os finais do século XIX e início do século XX, coexistiram dois modelos de actuação relativamente à mendicidade: o modelo de reciprocidade tradicional e o modelo repressivo. O primeiro encarava a mendicidade como uma possível solução para quem estaria sujeito ao desemprego, velhice, ou para quem o salário se revelasse insuficiente para suprir as necessidades familiares. O segundo via a mendicidade como um problema que reclamava solução.

De acordo com o modelo de reciprocidade tradicional aos mendigos era atribuído um lugar e utilidade na distribuição dos papéis sociais no interior de uma sociedade não sendo, por isso, necessário escondê-los ou encarcerá-los. Assim, seria lícito mendigar, desde que fossem cumpridos os regulamentos que indicavam os locais e as formas de exercer a mendicidade (Bastos, 1997).

Sobre os mendigos, Bastos descreve um conjunto de simbolismos que lhes são associados. Por um lado, a mediação com o sagrado: o pobre, ao aceitar humildemente a sua condição permitia ao mais rico, através da sua doação, aceder ao paraíso; ao passo que a presença do mendigo nos funerais permitia a mediação entre o mundo dos presentes e dos ausentes, sendo que a sua condição de errância (espacial e relacional) tornava-o equivalente simbólico da alma do próprio defunto. Por outro, a existência do mendigo permitia a conservação da estratificação social, separando o pobre - que pede - do rico - que dá; ao mesmo tempo, em alturas de crise e desemprego a caridade constituía uma solução eficaz para mitigar as condições de vida dos pobres, contribuindo para afastar a agitação social.

Já o modelo repressivo teve especial força durante o período do Estado Novo marcado pela crise da grande depressão de 1929 (que só se fez sentir em Portugal em 1931) e que gerou desemprego e subemprego, bem como o aumento da população nas cidades, potenciado pelo regresso dos emigrantes e pela limitação da sua entrada nos habituais países de destino - França, Espanha, Brasil, Estados Unidos da América e Argentina (Bastos, 1997).

Assim, com o grande aumento do número de pessoas nas ruas, o sistema de caridade tradicional, assente na ajuda individual, entrou em falência no seio das elites dirigentes. Em alternativa, o Estado Novo avança com um sistema de beneficência pública, que age de forma indirecta e impessoal e selecciona os merecedores de ajuda (*ibidem*).

Por outro lado, era também necessário que a mendicidade deixasse de ser realizada nas ruas. Para tal, à Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) foram delegadas as competências necessárias para afastar a presença inoportuna dessas “personagens” nas portas das igrejas,

nos teatros, nos estabelecimentos comerciais, nas casas dos ricos e dos funerais, entre outros eventos e espaços públicos (Pinto, 1999).

Sobre o assunto, permitimo-nos um breve apontamento acerca da investigação que Nels Anderson desenvolveu em 1923 sobre o *Hobo*³ - uma figura da cidade que trazia o medo e a insegurança, e que em muito se assemelha ao mendigo que acima apresentamos. O *Hobo*, tal como Anderson o conheceu, era um trabalhador migratório, nascido e criado nos Estados Unidos, que seguia pelo país sem nenhum plano fixo, dedicando-se aos mais variados tipos de trabalho temporário (Hannerz, 1993).

Anderson procurou conhecer mais profundamente esta figura. Ao penetrar no seu mundo, deu-se conta de aspectos muito importantes. Primeiramente salienta que, afinal, dentro daquela figura era possível identificar cinco tipos diferentes: o trabalhador de temporada, que tinha um ciclo anual de trabalho normal, quase sempre ligado à agricultura; o trabalhador de temporada que não seguia um itinerário fixo e recorrente – ou seja, o verdadeiro *Hobo*; o sujeito migratório, mas não trabalhador, isto é, o vagabundo que vivia da mendicidade e possivelmente também do roubo – *tramp*; os trabalhadores não migratórios, que foram descritos como uma contrapartida urbana e localizada do hobo, os quais permaneciam no mesmo local, embora exercendo trabalhos desqualificados e/ou mal pagos – *home guard*; e, por fim, o vadio, o mais arruinado de todos os tipos e que não trabalhava - *bum*.

Esta investigação permitiu também perceber que um comportamento, um estilo de vida e um modo de existir, se inscreve num espaço, - tem uma matriz ecológica. Obedece a uma ordem, a um ordenamento próprio, padrão de aferição de validade do comportamento dos sujeitos inseridos nesse espaço. Ou seja, um mundo que é percebido como sendo completamente desordeiro, sem regras, de acordo com um padrão dominante, revela-se, afinal, profundamente normalizante, o que faz com que possamos olhar para o comportamento desviante de forma profundamente normativa - é esta normatividade que assegura a sua repetitividade ao longo dos tempos (Hannerz, 1993).

Da mesma forma, Anderson preocupou-se com as motivações destes sujeitos. De facto, enquanto alguns procuravam simplesmente novas experiências, outros ficavam a dever a sua condição à falta de emprego no mercado regular de trabalho, a um passado familiar problemático ou, ainda, a doenças do foro mental e psicológico.

³ Anderson, N., 1923. *Hobos and Homelessness* - obra que está entre as melhores monografias de Chicago ao nível da riqueza etnográfica (Hannerz, 1993).

2.2. Conceitos relacionados: divergência, exclusão social e trabalho

Divergência

O conceito de divergência para Velho (1974) aponta para um indivíduo que não está totalmente fora da sua cultura, mas que faz uma leitura divergente desta. Ele poderá estar sozinho ou fazer parte de uma minoria organizada, caso em que não será desviante, pelo menos para o grupo no qual se integra. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão normal. Mas outras em que divergirá, no seu comportamento, dos valores dominantes, sejam eles entendidos como os valores aceites pela maioria das pessoas ou como os valores implementados e mantidos por grupos particulares que têm condições de tornar dominantes os seus pontos de vista. É o carácter desigual, contraditório e político de todo o sistema sociocultural que permite entender esses comportamentos.

Velho segue a linha de pensamento de Goffman (1963) que utilizou este conceito para caracterizar os comportamentos de indivíduos que actuam, voluntária e abertamente no lugar social que lhes é concedido, de forma irregular e, até certo modo, de forma rebelde perante instituições básicas como a família, o sistema de classificação escolar ou o emprego legítimo *a full-time* – características que nos foram aparecendo como pertinentes nos estudos sobre *pedintes, mendigos, vagabundos*, etc.

Exclusão social

A utilização deste conceito é relativamente recente, sendo a sua abordagem dificultada pela difusão que vai tendo nos vários discursos, nomeadamente nos meios políticos e intelectuais. Com efeito, à medida que a noção de exclusão se generaliza a sua utilização torna-se mais comum e consensual, mas também mais fluida e equívoca. Contraditório? Não nos parece.

Luís Fernandes (2005) fala-nos, a este respeito, dos olhares que, superficialmente, vão levando a que vários tipos de sujeitos sejam incluídos nesta dimensão de exclusão social. De facto, num primeiro olhar, o que une estes indivíduos é uma relação específica com o trabalho. Mas será que um arrumador de carros não tem trabalho? A desconfiança dos primeiros olhares para a qual este autor alerta exige que olhemos de novo. Será neste segundo olhar que nos apercebemos do verdadeiro factor de união, - a trajectória de vida que é identificada no discurso político e mediático com a etiqueta de exclusão. Na verdade, “independentemente do juízo moral sobre a (in)conveniência da sua presença nos espaços

públicos, ser arrumador corresponde à vontade de participar no circuito económico da cidade. É uma forma de participação social e ocupação”.

Desta forma, podemos nesta actividade não apenas a passividade de quem é excluído, mas um comportamento que pode relevar de diferentes posturas face à normalidade cidadina. Esta actividade pode representar *desistência* – renúncia a todo um projecto de vida – *busca de dignidade* – isto é, procura de uma posição social apesar da marginalidade em que se vive (conceito desenvolvido por Bourgois) – ou *resistência* – conceito desenvolvido a propósito da confrontação das subculturas juvenis em relação aos símbolos da ordem social associados ao adulto e à classe média (*cit in* Fernandes, 2005).

Então, de que falamos exactamente quando falamos de exclusão social? Segundo Capucha (1998), a exclusão resulta de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade.

Castel (2005) mostra-nos que existem dois eixos principais que definem a nossa participação e inserção na sociedade: o trabalho e a inserção em redes sociais. Ora, são as situações em que estes dois eixos enfraquecem que conduzem o individuo à incerteza sobre o seu papel na sociedade. É o que acontece, por exemplo, na situação de desemprego, em que o indivíduo, para além da privação económica, vê as suas redes de protecção mais próximas enfraquecerem. A este propósito, Bruto da Costa (1998) refere que devido à função de integração social inerente ao trabalho, um emprego, mesmo que precário e com um salário baixo, é preferível ao desemprego.

Trabalho, emprego, desemprego

Como analisamos, a pertinência da distinção entre estes conceitos advém do facto de estes se assumirem como aspectos centrais no que diz respeito às problemáticas da exclusão social e da integração/inserção social. Podemos ir mais longe e referir que “nas sociedades de matriz cultural e civilizacional cristã ocidental, como a portuguesa, a própria definição das pessoas, em termos sintéticos, porventura estereotipados, (...) é simbolizada pelo tipo de trabalho que fazem” (L. Imaginário, 1987, *cit in* Fernandes, 2005).

Sobre a definição de trabalho, Blanch (1990) tem em conta a sua percepção individual, independentemente do que produz ou da natureza da contrapartida que lhe está associada, uma vez que esta pode não ser necessariamente material, mas de ordem simbólica, psicológica e/ou social, conseguindo, a nosso ver, uma definição abrangente:

“ (...) Conjunto de actividade humanas, retribuídas ou não, de carácter produtivo ou criativo que, mediante o uso de técnicas, instrumentos, materiais ou informações disponíveis, permite obter, produzir ou prestar certos bens, produtos e serviços. Nesta actividade, a pessoas fornece energias, habilidades, conhecimentos e outros recursos e obtém algum tipo de compensação material, psicológica ou social. ”

3. O método

Por método entendemos uma construção estratégica que articula teoria e factos para abordar um objecto. O objecto não é passivo à manipulação técnico-instrumental, nem é imediatamente evidente à observação. Este é uma construção limitada pelos recursos teóricos inventados até ao momento e àquilo que as *pessoas* deixam ver (pessoa-objecto) e se dispõem a usar na ciência (pessoa que investiga) (Caria, 2000).

Fernandes (2002: 29) aponta para a necessidade de “ordenação do método em função do real e não do real em função do método”. A implicação prática desta afirmação é clara: devemos respeitar as exigências do objecto quando escolhemos um método para o estudar. Devemos ser-lhe fiel. E esta fidelidade traduz-se na escolha de um método que esteja de acordo com os seus planos de materialidade. Revela-se na necessidade de questionar o espaço que permite a materialização do fenómeno em questão. Onde é que este fenómeno é visível? Onde e quando podemos vê-lo?

Neste caso concreto, procuramos pessoas que utilizam a rua como forma de subsistência. Procuramos um fenómeno que apenas ganha visibilidade na rua. É a rua que nos interessa. Por sua vez, a rua é um espaço passível de ser estudado. Não é possível estudar este fenómeno numa instituição. Se podíamos? Podíamos. Mas, definitivamente, não seria a mesma coisa em termos de fidelidade e rigor de análise. Vejamos, podíamos ir a uma instituição que alberga pessoas sem-abrigo e tentar, a partir destes, chegar àqueles que pedem. Mas facilmente verificaríamos que esta seria uma amostra enviesada e redutora. Então e aqueles que pedem e têm casa? Esta relação pedinte/sem-abrigo, que é com frequência veiculada no senso comum, nem sempre se verifica. Portanto, devemos deixar que seja o terreno a dizer-nos quem são as pessoas que procuramos.

Assim, o objecto exige a escolha de procedimentos qualitativos, procedimentos esses que derivam de uma diversidade de tendências epistemológicas⁴, de métodos e técnicas⁵ (Denzin e Lincoln, 2000), o que leva a que a pesquisa qualitativa adquira várias

⁴ Os vários investigadores que recorrem a metodologias qualitativas diferenciam-se em vários aspectos, nomeadamente no que se refere aos pressupostos teóricos que derivam de uma diversidade de tendências epistemológicas derivadas de teorias fenomenológicas, construtivistas, críticas, etnometodológicas, interpretacionistas, feministas, pós-modernistas.

⁵ Ao mesmo tempo, esta metodologia abrange um campo transdisciplinar que envolve as ciências humanas e sociais adoptando multi-métodos de investigação – e.g. entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso - para o estudo de um fenómeno situado no local em que ocorre (Denzin e Lincoln, 2000).

designações, consoante o tipo de estratégias adoptadas no decurso da investigação. Pesquisa de terreno, trabalho de campo, estudo de caso, estudo de comunidade, análise intensiva, método qualitativo, etnografia, observação participante, são as designações atribuídas a pesquisas que recorrem a metodologias qualitativas, embora não sejam necessariamente sinónimas - cada uma refere-se a um tipo específico de pesquisa (Firmino da Costa, 1989).

As investigações qualitativas são ainda designadas de *naturalistas*, enfatizando o facto de o pesquisador partilhar o ambiente natural onde as pessoas vivem e dão sentido aos seus actos. Outros, no entanto, preferem utilizar a denominação de *pesquisa de campo*, para designar o local físico e social onde os dados foram recolhidos em diferenciação aos locais controlados, como os laboratórios. Frequentemente, este método é também denominado de pesquisa leve (*soft*), realizada no convívio com pessoas e factos, oposta às Ciências que se auto-denominam duras (*hard*), realizadas na impessoalidade dos dados, nas clausuras laboratoriais ou em laboriosas exegeses estatísticas (*ibidem*).

Esta abordagem parte do pressuposto básico de que a investigação dos fenómenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas - criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interacções sociais - e estas só podem ser descritas e analisadas qualitativamente (Chizzotti, 2003).

Partilhamos, assim, uma preocupação com o processo social mais do que com a estrutura, procurando visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o objecto de estudo que implique uma melhor compreensão do fenómeno (Neves, 1996); partilhamos, também, o “observar” - termo qualitativo que aponta para uma partilha densa com pessoas, factos e locais que constituem objectos de pesquisa; o “chegar aos significados” - é com este convívio denso, com uma atenção sensível, que é possível atingir os significados tanto visíveis quanto latentes; e, por fim, a “interpretação”. Depois deste processo, “o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objecto de pesquisa” (Chizzotti, 2003: 221).

Assim, dentro das abordagens qualitativas, a etnografia é o método que escolhemos em conformidade com as orientações epistemológicas e teórico-conceptuais definidas para a investigação e com as características do objecto de estudo e dos objectivos que o orientam. Este é um método que se encontra entre a arte e a ciência:

“ (...) do lado da arte exige o treino do olhar com a minúcia com que se treinam o escultor ou o arquitecto; convoca a capacidade narrativa e o domínio do texto semelhantes aos do novelista; exige a análise e a extracção de formalismos própria do ensaísta. Do lado da ciência, não dispensa as aprendizagens standard próprias da tradição de qualquer comunidade científica; e por muito que se diga de ela ser um modo personalizado de trabalho empírico, chamando o investigador à participação e ao envolvimento, não dispensa o cultivo da imparcialidade e a procura de rigor.”

(Fernandes, 2002:206).

O modelo típico de pesquisa etnográfica baseia-se num paradigma fenomenológico. No interior desta abordagem e da aplicação das metodologias que com ele se coadunam, o investigador pode assumir dois tipos de posicionamentos: *emic*, que busca a perspectiva do *insider* ou nativo acerca da realidade, o que não se coaduna com uma realidade objectiva; e *etic*, a perspectiva externa e científica do objecto que obriga ao reconhecimento e aceitação de múltiplas realidades⁶ (Rock, 2001).

Para muitos autores o cerne da etnografia é precisamente o recurso à observação participante. *Participante*, porque só através da tentativa de entrar no mundo de vida simbólico dos outros é que o investigador pode aceder à lógica subjectiva em que este é construído e sentir, ouvir e ver um pouco da vida social como os sujeitos o fazem; e *observação* porque os propósitos do investigador são sempre em última análise distintos e objetivantes (Rock, 2001). Ele está dentro para compreender, mas ao mesmo tempo está fora para racionalizar a experiência e poder construir um objecto científico legítimo (Caria, 2000).

A etnografia, por sua vez, é muito mais abrangente, no sentido em que inclui este tipo de estratégia de recolha de informação, não se esgotando nela. O investigador, enquanto principal instrumento de investigação, observa locais, objectos, símbolos, pessoas, actividades, comportamentos, interacções verbais, situações e ritmos, participa no quotidiano, conversa com os intervenientes, por vezes, entrevista-os formalmente, procura documentos, recorre a informantes privilegiados ou interlocutores preferenciais com quem contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos que não consegue aceder directamente (Firmino da Costa, 1986).

⁶ Segundo Caria (2000), a etnografia constrói-se na desejável articulação entre os sistemas de significações e de acção “nativos” (o “*emic*”) e os sistemas de significação e acção científico-sociais (o “*etic*”). É necessário uma conjugação dos dois olhares: um posicionamento *emic*, que permita descrever fielmente, e sem juízos de valor, o ponto de vista, os significados do sujeito; e uma perspectiva científica, *etic*, para os dados poderem ser rigorosamente analisados, de forma a que os resultados não percam o seu rigor científico (Rock, 2001).

4. O método em ação

Apesar deste trabalho seguir um esquema tradicional de apresentação de trabalhos científicos – teoria, método e análise de dados – a verdade é que o processo não foi linear, tendo-se desenvolvido de uma forma circular, com sucessivos avanços e recuos, e permanentes redefinições.

Firmino da Costa (1986) elege quatro fases genéricas no processo de pesquisa: planificação, recolha de informação, registo de informação e análise. Na investigação etnográfica, a fase de planificação deve obedecer a três critérios que, merecendo atenção antecipada, não podem ser resolvidos antes do contacto com o terreno. Um primeiro critério, de cariz teórico, que define o objecto e objectivos de pesquisa, e desta forma determina uma posição teórica que assegure a construção de uma problemática coerente. Um segundo critério de carácter metodológico, que orientará a recolha dos dados e seu posterior tratamento, permitindo ainda relacionar procedimentos técnicos com opções teóricas. E, por fim, um critério prático respeitante aos constrangimentos reais de acesso ao terreno e as implicações éticas, legais e interpessoais da presença do investigador.

Porém, as ideias de partida vão sendo reformuladas no terreno. As problemáticas e hipóteses de trabalho vão-se gerando ao longo da investigação. É desta forma que, sem com isto menosprezar a preparação prévia, verificamos numa pesquisa de terreno de exploração etnográfica a necessidade de um constante enquadramento do objecto, o qual remete para uma das principais potencialidades metodológicas da etnografia: a possibilidade de o investigador ser surpreendido (Fernandes, 2002).

Portanto, a opção por este tipo de apresentação, que nos mostra de forma tão compartimentada a teoria, o método e os dados recolhidos, cumpre apenas um objectivo de sistematização de informações que se espera facilmente apreensíveis ao leitor.

Segundo Jean Copans (1971, *cit in* Fernandes, 1990) a maior parte dos trabalhos científicos contém um “vício epistemológico grave”: desconhece-se em absoluto as condições da sua elaboração, o seu contexto de investigação, o modo como os materiais são recolhidos e tratados, os obstáculos, as particularidades de campo, e o papel do autor enquanto agente activo na construção do conhecimento. Como consequência desta aparência acabada do trabalho científico resulta que o texto oferece a ilusão de auto-suficiência, negando qualquer possibilidade de se constituir como pedagógico.

Por esta razão, optamos por abrir, neste capítulo, um espaço onde seja possível expor a verdadeira história, mostrando como se processou exactamente o trabalho de

terreno, revelando os avanços e recuos, e recorrendo, sempre que possível, às nossas notas que se foram tirando: “Imagino inclusive uma etnografia composta exclusivamente por notas de terreno e pelas reflexões teóricas, metodológicas e pessoais do etnógrafo tal como se vão sucedendo cronologicamente e em tempo real, eventualmente acrescentadas de uma reflexão final de síntese” (Neves, 2006:69).

O objecto que hoje aqui apresentamos não é o objecto que inicialmente pensamos investigar. O que nos levou para o terreno foi a curiosidade pelos *artistas de rua*. Foram eles que nos levaram a tomar uma direcção específica. A procurar pessoas e actividades concretas:

«Hoje vai ser o meu primeiro dia de terreno. Claro que este não é completamente novo para mim. Passo há anos em Santa Catarina. Usava-a como forma de passagem, usava-a na sua vertente comercial, ou para parar, e apenas ficar sentada numa esplanada a lanchar. São muitos os motivos que me trazem a esta rua do Porto. Mas hoje há um novo motivo que me traz cá: observar artistas de rua.» (Notas de Terreno, 12 de Outubro de 2010)

Iniciamos o terreno com uma postura de procura. De descoberta. Com a atitude ingénua e pouco científica de quem pretende encontrar o objecto que se encaixe nas características desejadas. Pensávamos que sabíamos quem queríamos investigar, mas com o tempo fomos percebendo que seria o terreno a definir o objecto do estudo. Durante o primeiro mês de investigação a nossa grande inquietação foi tentar perceber exactamente para onde deveríamos olhar:

«Observo um grupo de quatro jovens em Santa Catarina. Têm com eles uma guitarra, mas não tocam nem cantam... e pedem? De facto pedem dinheiro a quem passa. Mas, então, se eles pedem, mesmo não tocando, não pedem em troca de música... apenas pedem. Eles não pedem dinheiro em troca de uma oferta artística, eles pedem dinheiro. Só. Isso é um facto. E, pontualmente, brindam quem passa com uns acordes desafinados... Por outro lado, em relação ao aspecto visual deles, descuidado, sujo, realmente não encontro muitas diferenças comparativamente à outra pedinte da sopa. Provavelmente a comparação que o casal estabeleceu não é assim tão descabida... Surge-me uma questão: quem são os artistas de rua que eu procuro? Basta estar com um instrumento? Qual é a distinção entre um artista de rua, que realmente faz animação, e outro que usa o pretexto da viola para ganhar uns trocos? Mas será que eu consigo fazer essa distinção *a priori*, sem observar uns e outros?» (Notas de Terreno, 20 de Outubro de 2010)

Estas dúvidas foram-nos atormentando durante as primeiras observações. Foram surgindo várias situações no terreno que nos levaram a questionar, a redefinir e redireccionar o olhar. E, sobretudo, a questionar. Progressivamente fomos percebendo que

não nos cabia a nós isolar aquilo que não teria ainda sido isolado, aquilo que quem passa na rua não distingue.

O nosso problema neste momento era a riqueza da rua, - a cada olhar descobríamos novos personagens. De repente, aquilo que procurávamos ganhara novas formas, como se o nosso objecto tivesse, subitamente, se multiplicado. O primeiro desafio tornar-se-ia então multiplicar-lhe também o olhar.

Um dos grandes avanços que sentimos na nossa investigação foi perceber finalmente que estávamos enganados. O que temos observado não são os *artistas de rua*. Pelo menos, a realidade que nos interessa não se cinge a estes. Interessa-nos, sim, “as várias formas de sobreviver na urbe”. E, de facto, começamos ao contrário. Queríamos isolar uma categoria que pertence a uma realidade mais abrangente que ainda desconhecemos - as pessoas que angariam dinheiro na rua.

Ou seja, em última análise, a finalidade destes é a mesma, ganhar dinheiro. Variam apenas as motivações e a forma de o fazer. É a partir deste momento, passado um mês de observação directa no terreno, que nos apercebemos que devemos redefinir o objecto, - procuramos pessoas que pedem dinheiro, independentemente do estilo pessoal de exercício de actividade.

Que restrição impor então ao nosso o olhar? Desde logo, o espaço. Para isso, escolhemos duas ruas da baixa da cidade do Porto, - a Rua de Santa Catarina e a Rua de Cedofeita, - ambas ruas comerciais e fechadas ao trânsito, que têm em comum o facto de concentrarem este tipo de actividades. Para além destes dois eixos, onde focamos a nossa atenção, desenvolvemos observações ao longo dos trajectos que fomos percorrendo entre estas duas ruas, nas nossas várias deambulações pelo terreno, nomeadamente pela Rua 31 de Janeiro, pelas ruas dos Clérigos, pela Rua Paços Manuel, entre outras.

Assim, o nosso trabalho de campo teve início com um estudo exploratório, onde foram afinados os objetivos, o objeto e unidade de estudo. Nesta fase recorreremos exclusivamente à observação não-participante, ou seja, recorreremos a um conjunto de técnicas de observação visual e auditiva sem o recurso a interacções verbais ou qualquer outro tipo de envolvimento na vida das pessoas (Fetterman, 1998, *cit in* Pinto, 2009).

Este período inicial teve início em Outubro de 2010 e prolongou-se até Fevereiro de 2011. Embora esta fase de *observação pura* seja essencial, e deva estar presente ao longo de todo o processo de investigação, a verdade é que quando utilizada isoladamente permite apenas um olhar superficial sobre a realidade, o qual não se coaduna com os objetivos e as premissas da etnografia.

Assim sendo, iniciamos uma nova fase: o estabelecimento dos primeiros contactos com os nossos actores. O acesso ao terreno não foi, de facto, mas qual a melhor maneira de aceder às pessoas e interagir com estas, *participando* de alguma forma nas suas atividades? Como se processaram, afinal, os primeiros contactos? Diria que com dificuldade...em muitos momentos a nossa ida ao terreno com esse intuito revelou-se completamente frustrada. Para além de não termos coragem, nem sabermos bem como iniciar qualquer tipo de interacção com os nossos actores, sentíamos-nos já identificados como “alguma espécie de espião” (Neves, 2006), na medida em que, embora a nossa presença fosse já, de certa forma, habitual naquele contexto, o nosso olhar curioso denunciava uma atitude de análise.

Para além destas questões, sentimos grandes dificuldades em passar à fase seguinte devido à diferença entre *nós* e *eles*. Talvez isso fique mais claro através deste nosso registo:

«Fico parada algum tempo a pensar como devo abordá-lo. Sinto que já percebeu que o observo continuamente...mais vale tomar uma decisão. Ganho coragem e aproximo-me. O rapaz encontra-se acompanhado. Está num grupo com o rapaz que enche balões, e outros dois que também costumo ver na rua. Ótimo, estão quatro rapazes numa roda. Devo ir lá assim sozinha? Seria uma boa oportunidade, ainda por cima os quatro sujeitos são importantes para o meu trabalho. Tento não ligar ao facto de ser mulher, afinal de contas não tem nada a ver...ou tem? Chego à conclusão que não consigo ultrapassar esta barreira. Como mulher, não consigo abordar quatro homens que não me conhecem de lado nenhum no meio da rua...vou embora.» (Notas de Terreno, 24 de Fevereiro de 2011)

Como ultrapassamos esta barreira? Decidimos abordar primeiramente outros actores que, não sendo o nosso objecto concreto de estudo, seriam mais próximos de nós. Falamos dos vendedores ambulantes, enquanto sujeitos que poderiam fazer a ponte entre *nós* e o nosso *objecto*. Depois de algumas conversas informais, conhecemos um vendedor - ao qual vamos dar o nome de P. - que teve um papel fundamental na nossa investigação. Foi o nosso *informante privilegiado*, o qual funcionou como uma permanente fonte de informação sobre outras pessoas, sobre aspectos do contexto social em estudo e acontecimentos que nele vão passando (de acordo com a definição de Firmino da Costa, 1986), tendo permitido, igualmente, o estabelecimento da nossa primeira conversa com um dos nossos actores (ao qual atribuímos o nome de Bob, por ser músico na rua e tocar com certa frequência temas do Bob Marley):

«(...) Volto a falar com o vendedor ambulante P. Entretanto vejo que o Bob está ali ao lado. O Sr. P. apercebe-se da minha inquietação. – “Oh menina, é daquele rapaz que me falava no outro dia?

Ele hoje parece-me estar comunicativo, quer que lho apresente?” - Ele está acompanhado por mais dois rapazes. Mais uma vez está o que enche balões, e outro que nunca vi. Não sei bem como iniciar a conversa, nem sei se me sinto preparada. Mais uma vez a etnografia a convocar-me a tomar decisões importantes em tempo real (...)» (Notas de Terreno, 3 de Março, 2011)

Desta forma, iniciamos o recurso a uma nova estratégia de recolha de informação: as entrevistas informais, as quais, por definição, realizam-se de forma espontânea, e estão sujeitas ao que permite o terreno a cada momento, assumindo o formato de uma conversa informal e descontraída, sem grandes constrangimentos e regras estabelecidas à partida e deixando-se apenas guiar pela vontade de recolha de informação a propósito de determinado tema (Fetterman, 1998, *cit in* Pinto, 2009).

Foi desta forma que realizamos desde Fevereiro a Julho inúmeras entrevistas, ou podemos até dizer, simples conversas, sempre sem marcação prévia. Conversas que simplesmente aconteceram consoante a nossa disponibilidade - tanto de tempo, quanto emocional, pois nem sempre nos sentimos motivados a ir ao encontro dos sujeitos e nesses momentos voltamos às nossas “simples” observações - e, obviamente, a disponibilidade dos nossos actores.

Nestas interacções, partindo do princípio de que o investigador não se deve apresentar como um espião (Neves, 2006), adoptamos uma atitude completamente transparente, em que desde início referimos qual o nosso papel de investigador - “É praticamente consensual na comunidade etnográfica que uma investigação totalmente *covert* é eticamente condenável” (Whyte, 1984, *cit in* Neves, 2006: 103).

Com o aumento do tempo no terreno, à medida que as observações e as conversas foram evoluindo, o nosso tipo de observação evoluiu também para a observação participante, a qual implica, de forma geral, uma interacção e partilha de actividades com os actores (Neves, 2006).

Porém, esta questão da participação nem sempre é clara, e nem sempre nos pareceu clara na nossa investigação. O observar e estabelecer algumas conversas com os nossos actores é sinónimo de participar no seu contexto de vida? Participar é isso, mas não é só isso. Aconteceu-nos, inclusive, em algumas situações, as conversas resvalarem para outros caminhos, totalmente opostos àqueles que nos propomos conhecer.

Mas o nosso participar significa também deixar as coisas fluírem naturalmente e, no final, todos os dados são importantes. Além do mais, a mera disponibilidade dos actores para uma conversa connosco revela desde logo que conseguimos conquistar uma certa confiança, fundamental para este tipo de investigação. Desta forma, participar significa,

também, procurar não reduzir a nossa presença no terreno a alguém que apenas quer ver, conhecer. Essa atitude, para além de egoísta, poderia trazer repercussões negativas.

Ainda mais, este tipo de observação, que implica a frequência do investigador no maior número possível de locais abrangidos pelo estudo, a presença repetida no maior número de actividades e a permanente conversa com as pessoas, são acções com um elevado índice de interferência, a qual não se pretende minimizar (Firmino da Costa, 1986)⁷.

Esta nossa participação, apesar de fundamental para o nosso trabalho, trouxe-nos, no entanto, alguns embaraços. Se participar implica uma certa afinidade e, de alguma forma, cumplicidade, com o nosso sujeito, a qual se revela bastante útil para o estudo, nem sempre esta afinidade e proximidade são agradáveis. Numa das nossas incursões no terreno de estudo, e acompanhados por uma amiga, a S., companhia assídua nas saídas noturnas, como é o caso, passamos algumas horas na companhia de dois indivíduos que faziam malabares na Rua de Cedofeita, – a estes sujeitos demos o nome de Kebab e Malabares. No entanto, quando chegou a hora da despedida, surgiu uma situação caricata:

«O Malabares aproxima-se e vem-se despedir de nós com dois beijos...foi impossível recusar depois da atenção que eles tiveram connosco. Tivemos de pôr de lado o aspecto sujo, o cheiro a álcool, e dar os beijinhos...eu e a S.... Obrigada S.!» (Notas de Terreno, 8 de Maio de 2011)

Depois de tanta partilha com aqueles dois indivíduos nós já não éramos para eles alguém que os estudava. Éramos colegas que partilhávamos ali aquele momento. Seria então legítimo despedirmo-nos com maior intimidade. Mas será que queríamos tanta intimidade? No entanto – e mais uma vez, porque tudo tem de ser decidido em tempo real - sentimos que o que seria mais correto era, de facto, colaborar e dar dois beijinhos.

Numa outra situação, encontro os mesmos sujeitos, desta vez, à tarde, na Rua Cedofeita. Estavam rodeados de amigos, todos sentados na rua a cantar, a tocar e a beber. Quando nos cruzamos, de imediato o Kebab pára para me cumprimentar, o que despertou a atenção dos seus amigos:

⁷ Normalmente, a pesquisa de campo incide sobre uma pequena unidade social: aldeia, bairro, rua. Nestas unidades, a presença do investigador dificilmente é camuflada, introduzindo a sua presença uma série de novas relações sociais. É impossível não comunicar (o silêncio do observador é altamente comunicante). É impossível evitar totalmente esta interferência. Então, o importante, é tê-la sempre em consideração – saber, no momento da análise dos dados, quais os processos sociais desencadeados pela pesquisa (Firmino da Costa, 1986).

« “Então não nos apresentas?” – comenta um dos amigos – “Eh pah, não sei o nome, mas é gente boa. Olha nem te perguntei, não queres uma cervejinha?” – pergunta-me o Kebab – “Obrigada, mas não... - sou interrompida pelo Kebab que pega na garrafa de litro e meio de cerveja, dá um gole, e passa-me a cerveja para a mão: “Aqui bebemos assim, do gargalo, é tudo família, bebe na boa. Na boa mesmo!”» (Notas de Terreno, 11 de Maio de 2011)

O terreno tem destas coisas. Por um lado, temos o desejo de chegar até ao nosso objecto. Mas até onde devemos ir? O facto é que esta proximidade já nos parecia demasiada. Por mais que nos quiséssemos aproximar, a verdade é que não estávamos ali de forma completamente neutra. Éramos *nós* e *eles*. Nós, como representantes da sociedade dominante, e eles, com traços e comportamentos nada ortodoxos, que apontam para aquilo que a sociedade, em parte, condena. E sentimos isso nitidamente quando as pessoas passavam por nós e fixavam o olhar. Não nos queríamos sentir misturados.

Outros constrangimentos foram surgindo ao longo do nosso trabalho de terreno, nomeadamente ao nível da ética. Será que nos devemos aproximar de todos os sujeitos?

«Vejo novamente o Sr. de cadeira de rodas. Está no local do costume. Evidencia uma postura passiva, não fala com ninguém, não olha para ninguém, não pede, as pessoas também o ignoram. Decido falar com ele. Tenho algumas reservas em ir ter com ele, mas vou. Apresento-me e começo a explicar com cuidado o meu trabalho. Imediatamente sinto que não deveria estar a fazer isto. Pela primeira vez percebo que estou a ser demasiado intrusiva... chegar assim, sem ter primeiro tentado ganhar a sua confiança. Sinto como se me estivesse a aproveitar da sua fragilidade para recolher informações... Mas já o fiz. Resta-me ver a reacção. O senhor tem um olhar desanimado. Diz pausadamente “Hoje não menina, já estou a ver para o que é... não estou nos meus dias...” baixa os olhos e não me dirige mais a palavra. Peço desculpa e agradeço de toda a forma a atenção» (Notas de Terreno, 16 de Março de 2011)

Como refere Murphy e Dingwall (2001, *cit in* Neves, 2006), “Uma das habituais dimensões de análise da questão ética na prática etnográfica é a da reciprocidade, do não-prejuízo e do eventual benefício para os participantes”.

No terreno aprendemos, também, a verdadeira importância de dar voz aos actores. Desta vez, não falamos em importância no sentido de obtenção de conhecimento – essa já ficou clara – mas sim ao nível do eventual benefício para os próprios actores. Falamos da necessidade que sentem em partilhar aquilo que, afinal de contas, é deles e que só eles sabem. Aconteceu-nos numa ocasião em que conversávamos, pela primeira vez, com um senhor invisual. Este partilhava um pouco da sua história e, muito entusiasmado, mostrou-nos uma *Licença para Músico Ambulante Invisual*, datada de 1971. Ao perceber o nosso interesse pela história implícita àquele documento – o qual já conhecíamos devido às

nossas pesquisas bibliográficas, mas com o qual nunca tínhamos tido contacto directo - de imediato o disponibiliza dizendo:

« “fotocopie menina.” - Posso? - Pergunto sem esconder a minha surpresa pela confiança – “Claro, claro. Fotocopie menina. Vá aqui ao lado, aqui a uns metros tem uma casa de cópias. Até pode pôr no seu trabalho se quiser. Para mim até é um orgulho. Esta juventude já não conhece a história, pensa que é tudo fácil. Mas nem sempre foi. (...) Eu gosto de conversar com as pessoas para verem que não sou nenhum burro.”» (Notas de terreno, 4 de Abril de 2011)

Para além das estratégias já mencionadas, recorreremos com frequência a observações ocasionais, as quais acontecem quando não estamos na pele de investigador. De acordo com Peretz (2000), este tipo de observação exige do investigador uma disponibilidade permanente – o que acaba por ser uma condição da etnografia - a qual permite a captação de “estilhaços” do quotidiano:

«... porque desde que me imbuí de conhecer este objecto, a verdade é que um simples passeio, um banal café na baixa do Porto deixou de ser aquela leveza de quem *apenas está*. Automaticamente estava mais atenta a tudo o que passava à minha volta. E engraçado, era nesses momentos em que *não estava à espera de nada* que alguma coisa acontecia. E eis que surgia alguém a pedir na mesa onde eu estava, situação que se tornava no mote de uma conversa. E eu de imediato assumia uma postura mais de observadora, atenta a todos os comentários.» (Notas de Terreno, 10 de Maio, 2011)

Recorremos, também, à análise de um *site*. Qual não foi a nossa surpresa quando nos deparamos, já numa fase final do trabalho de terreno, com um grupo de *vagos vagabundos* – conceito *emic* – que possuíam um *site* com descrições detalhadas acerca de cada um dos seus elementos (incluindo os cães que os acompanhavam), a sua trajectória de vida, as suas motivações, a opinião das pessoas que os viam, fotos, enfim, uma panóplia de informações, veiculadas pelos próprios actores, que não poderíamos deixar passar.

Sentimos muita pena pelas limitações – que entendemos necessárias – quanto ao número de páginas para expormos o nosso trabalho. De facto, foram dez meses no terreno que permitiram recolher inúmeras informações, suscitaram imensas questões pertinentes, assim como caricatas, que gostaríamos de partilhar. No entanto, urge a necessidade de fecharmos este capítulo e iniciarmos a nossa *monografia de terreno*.

Para concluirmos este capítulo, precisamos abordar a questão da saída do terreno, relativamente à qual partilhamos da mesma opinião de Wolcott (1994, *cit in* Creswell, 1998) que nos diz que “provavelmente a investigação qualitativa não tem fim, apenas questões”. Foi isso que sentimos quando nos vimos obrigados a terminar o trabalho de

campo. Nesse momento, mais do que esclarecimentos, tínhamos, sobretudo, questões. Ademais, uma vez que o espaço da nossa investigação faz parte do nosso percurso de todos os dias, era inevitável repararmos nas novas personagens que apareciam. Nestes momentos, a curiosidade e a vontade de parar, observar e conversar era automática. Quase que intuitiva. A nossa cidade, a nossa rua revelava-se a cada olhar de uma forma completamente nova. A realidade que estudámos durante quase um ano parecia já completamente diferente desta realidade que vamos encontrando no dia-a-dia. Apesar de frustrante, este é um dos factores aliciantes no estudo das realidades complexas e dinâmicas que acontecem no palco da cidade.

Chegamos ao fim com a sensação de que aquilo com que lidamos no quotidiano pode ser-nos familiar mas, apesar disso, desconhecido. Afinal de contas, todos os dias nos cruzamos com pedintes, músicos de rua, mendigos. Estes, em princípio, pertencem a um mapa que nos familiariza com os cenários e as situações sociais do nosso quotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. No entanto, não significa que esses sejam tão familiares quanto julgamos. Ao contrário, estas realidades espacialmente tão próximas de nós, e aparentemente *familiares*, mostram-se, afinal, subjectivamente mais distantes, e bem mais *exóticas* do que realidades objectivamente longínquas – não será, um estudante universitário no Brasil mais parecido connosco do que um pedinte da baixa da cidade do Porto? Tal significa que, para que o *exótico* se torne *familiar*, devemos aceder ao ponto de vista e à visão do mundo dos diferentes actores numa situação social (Velho, 1978).

Relativamente aos nossos registos e análise de dados, o método etnográfico tem na observação participante a sua técnica fundamental de recolha de informação. Por sua vez, a observação participante tem na escrita de notas de terreno o principal mecanismo de registo de dados recolhidos. Ao mesmo tempo, as notas de terreno permitem uma constante reflexão pessoal sobre o objecto de estudo, potenciando a manutenção de um certo distanciamento crítico necessário à investigação (Neves, 2006).

O nosso diário de campo é constituído por três secções: descrições pormenorizadas e extensas, em linguagem denotativa, tanto dos contextos de observação como das situações de interacção física e verbal, as quais foram escritas o mais imediatamente a seguir às observações, e têm um carácter meramente descritivo; descrições teóricas e metodológicas suscitadas pela observação dos contextos; e, por fim, impressões, estados de espírito e sentimentos.

Embora vários autores apontem as vantagens da separação destes três tipos de registos (cf. Fernandes, 2002), no nosso trabalho optamos por fazê-los de forma contínua

no texto. Para nós era fundamental perceber o que vinha primeiro e a respeito de quê surgia determinada questão.

Após a saída do terreno e já com o diário de campo completo surgiu uma nova etapa: ler todas as descrições e analisar todos os dados. Nesse momento, a maturação proporcionada pela passagem do tempo, pela leitura bibliográfica, pela discussão, pela releitura, permitiu-nos clarificar e sistematizar estas primeiras categorias. “A codificação é sem dúvida um processo incerto, pois não é apenas uma questão de *descobrir* aquilo que está nos dados, mas de criativamente relacionar acontecimentos e observações específicas com categorias analíticas e questões mais gerais.” (Emerson, Fretz e Shaw, 1995, *cit in* Neves, 2006: 192).

Assim, foi a partir de uma análise cuidadosa e detalhada do diário, de muita reflexão, e simultânea leitura de bibliografia apropriada, que emergiram cinco categorias distintas que orientarão a análise do nosso objeto de estudo: atores (categoria que corresponde a um primeiro nível de análise assente numa observação directa), motivações (dimensão psicológica), trajectória (dimensão histórica), percepções (assente na abordagem do interaccionismo simbólico, procurando confrontar as opiniões dos diversos sujeitos) e rua (dimensão ecológica do comportamento) (cf. Anexo 1). É com base nestas categorias que elaboramos o próximo capítulo: a monografia de terreno.

CAPÍTULO II: MONOGRAFIA E TERRENO

1. Um percurso visual pela baixa da cidade do Porto

“ (...) Ao princípio as minhas observações tomaram um rumo vago e genérico. Olhava os transeuntes em massa e pensava neles como elementos agregados. Subitamente comecei a descer ao detalhe, e olhava com interesse minucioso as inumeráveis variações de figura, roupa, ar, modo de andar.” (Poe, 1988, *cit in* Medeiros, 2008:73)

Optamos por apresentar a nossa monografia a partir da sua base. Ou seja, vamos mostrando como ela foi sendo construída ao longo do trabalho no terreno. Esta construção partiu de um olhar geral sobre o espaço escolhido, o qual nos permitiu observar a multiplicidade dos utilizadores da rua.

Interessa-nos, neste momento, tudo aquilo que nos chega através do olhar. O olhar que parte de uma mesa de café estrategicamente situada, e que nos permite observar durante horas a multidão que passa, assim como promove encontros imediatos com os nossos atores. Interessa-nos, neste momento, o olhar permitido através das inúmeras deambulações pelos percursos entre as Ruas de Santa Catarina e Cedofeita - “A vida quotidiana é um terreno onde se vive a experiência antropológica do olhar, de uma vadiagem de olhar” (Pais et al, 2008).

De acordo com Simmel (1981, *cit in* Pais et al 2008), na realidade quotidiana “o visual torna-se um «centro polimórfico» que deve ser interpretado”. Devemos perceber o que procuramos. Devemos interpretar o que vemos. Assim, com o tempo, fomos elaborando uma grelha que nos permitiu informar o olhar, possibilitando que, o que seria sem ela um panorama indiferenciado, comece a ganhar sentido e distinções, permitindo obter informação categorizável (Firmino da Costa, 1986).

Partimos, para a elaboração da nossa grelha de leitura, da evidência de Watzlawick que nos diz: “é impossível não comunicar”. Assim, procuramos com o nosso olhar as formas de comunicação dos nossos actores, o que, de acordo com este mesmo autor, implica garantir que a comunicação não se resuma à linguagem falada, e assim, observar a forma como estes se apresentam em público (a sua imagem visual), a forma como se comportam, a forma como se movimentam e interagem.

A partir deste nível mais geral de análise, procedemos a uma primeira diferenciação da realidade – “O homem é um ser diferenciador” (Simmel, 1997 [1903]) – que nos permite identificar todos os sujeitos que, mais ou menos regularmente, fazem parte do cenário da baixa da cidade do Porto.

1.1. Animadores de rua: músicos, malabaristas e palhaços

Quando falamos em *animadores de rua* falamos daqueles que nos parecem, num primeiro nível de análise, estar na rua com uma atitude de troca. Troca de um serviço - música ou *performance* – por algum tipo de compensação material, psicológica ou social (os que, de acordo com Blanch, 1990, estão a desempenhar um trabalho).

Falamos primeiro daqueles que nos dão música. Segundo a reportagem da Revista Visão (29 de Abril de 2010):

“Não são muitos os cantores ou músicos nas ruas do Porto – a frequência aumenta quando existem datas ou épocas especiais - mas a cidade parece estar a acordar timidamente para uma cultura urbana que, há anos, faz parte do dia-a-dia de inúmeras cidades cosmopolitas onde se ressuscitam temas de Bob Marley, John Lennon e tantas outras lendas.”

De facto, cantores e instrumentistas começam a ser membros de um conjunto reconhecível na paisagem do Porto. Vemos grupos de *jovens instrumentistas* (entre os vinte e os trinta anos de idade), essencialmente percussionistas, contra baixistas, guitarristas, com uma aparência cuidada, vestidos com roupas da moda, que apresentam uma regularidade de comportamentos que vai além da sua prática musical, ainda que dependente dela. Reparamos que a sua presença nas ruas não é contínua. Vemo-los uma ou duas vezes, geralmente ao fim da tarde, até que, subitamente, desaparecem, dando lugar a outros jovens que ocupam o seu lugar. Com frequência, deixam a caixa de um instrumento aberta no chão, onde exibem panfletos a divulgar concertos ou CDS, de forma a que quem passe possa, para além de conhecer um pouco mais do seu trabalho, deixar uma contribuição.

« (...) São quatro rapazes novos. Estão a tocar jazz. Penso inicialmente que é o grupo que abordei há umas duas semanas, pela qualidade da música e pelo lugar que estão a ocupar. Mas não. Os instrumentos são diferentes, e não reconheço nenhuma das caras. Têm um contrabaixo acústico, uma guitarra eléctrica, um saxofone alto e uma tarola. Todos instrumentos caros. Devem ter a minha idade. Muito bem vestidos. Estão exactamente no lugar onde os outros músicos estavam, em frente a uma loja que está fechada, entre dois cafés. Têm uma malinha no chão para as moedas. A empregada de um dos cafés vai deixar uma moeda.» (Notas de Terreno, 11 de Maio de 2011)

Com uma faixa etária mais elevada, encontramos com alguma frequência um trompetista que toca sozinho. Este, com uma presença bem mais regular, fomo-lo encontrando ao longo do tempo, sempre no mesmo espaço:

«Começo a andar em direcção aos Aliados. O som da trompete começa a destacar-se dos outros sons da cidade. Reconheço o senhor que está a tocar, já o vi noutras ocasiões, neste mesmo lugar, no início da Avenida dos Aliados. Está sentado com uma espécie de mini aparelhagem, que lhe dá o suporte de uma secção rítmica, e em cima desta ele toca trompete. Toca temas de Nat King Cole. Tem a caixa do instrumento aberta no chão para as eventuais moedas. As pessoas vão parando, mas não por muito tempo. Com ele está um outro senhor. Vai batendo palmas, dançando e cantando com a música.» (Notas de Terreno, 13 de Maio de 2011)

Encontramos um caso peculiar, que é conhecido da maioria dos tripeiros - o Bob. Não se enquadra em nenhuma das descrições acima, pois revela com o contexto uma relação de muito maior proximidade. Vemo-lo ao longo do ano e a qualquer hora do dia na Rua de Santa Catarina e também, embora com menos frequência, na Rua de Cedofeita. A forma como se movimenta, como interage com os outros utilizadores do espaço, parecem apontar para um à-vontade de quem se “sente em casa”:

«Lá está o Bob a tocar. Vai tocando uns temas comerciais (...) depois de uns vinte minutos pára de tocar. Pede um cigarro a um senhor que passa. Senta-se ao lado de um vendedor ambulante e ali permanece uns longos minutos a conversar (...) Parece que vai voltar a tocar. Mas não. Chega um amigo (um rapaz que encontrei há pouco a encher balões à entrada da rua) com duas cervejas...» (Notas de Terreno, 8 de Novembro)

Quanto aos *malabaristas e palhaços*, a Rua de Santa Catarina tem os seus elementos cativos. Um deles é o amigo do Bob, e costumam fazer algumas pausas juntos. Inicialmente, chamava-o enchedor de balões, pois vestia-se à civil, e apenas tinha na mão uma máquina de encher balões, para dar às criancinhas que passavam em troca de uma moeda dos pais. Com o passar do tempo, a sua caracterização foi-se aprimorando. Uma camisola mais colorida, um lacinho, umas luvas, umas calças divertidas, e vi nascer um palhaço.

A figura da malabarista, de roupas muito coloridas e cara pintada também é frequente em Santa Catarina, assim como nas suas ruas afluentes. Esta vai caminhando, até que encontra um local propício à sua exibição (geralmente esplanadas de cafés ou filas de trânsito). Aí pára, faz o seu número, que dura breves segundos, e depois dirige-se rapidamente às pessoas, ora mesa a mesa, ora carro a carro, consoante o local.

1.2. Pedintes personalizados

Nesta categoria estão os sujeitos que pedem dinheiro directamente às pessoas, uma a uma. Não retribuem com nenhuma dança, música ou qualquer tipo de serviço. A sua contrapartida é o agradecimento, o qual pode tomar várias formas, desde um “*obrigado*” até um “*Deus lhe acompanhe*” ou um subtil assentir de cabeça. Num pólo oposto, no caso de não lhes darmos a contribuição pedida, podemos ouvir algumas pragas “*estás a cuspir para o céu, que não te caia em cima!*”.

Dentro destes, merece especial atenção uma mulher cuja presença é assídua no Porto. Embora este trabalho se restrinja a certas ruas da baixa, a verdade é que, para além de já a termos encontrado em todos os nossos percursos, encontramos-la também, em zonas mais distantes, quando não estávamos, supostamente, no papel de investigadores. Vamos chamá-la pedinte de sopa. Embora a tenhamos ouvido, também, a pedir para galões ou para bilhetes de comboio, a sopa é o seu pedido mais frequente. Tão frequente que já ouvimos de um transeunte, - “Outra? Muita sopa esta mulher come!”.

A sua forma de pedir é a mais intrusiva que tivemos oportunidade de observar. Esta dirige-se às pessoas agarrando-as insistentemente pelo braço. O seu ar sujo e tísico conjugado com o seu olhar distante e frio provocam em quem não a conheça, medo e insegurança. No entanto, para a maioria, esta já é uma das caras conhecidas da rua.

Uma outra vertente desta forma tão personalizada de pedir dinheiro a quem passa tem como protagonistas os *contadores de histórias*. São rapazes e raparigas, entre os vinte e os quarenta anos de idade, que são assim designados por antecederem sempre o pedido de ajuda com uma história, geralmente longa e dramática, onde nos mostram o que sucedeu nas suas vidas para precisarem recorrer à ajuda alheia. Reconhecemo-los facilmente. Nós e quem é frequentador regular da cidade do Porto, que lhes antecede na história com um pragmático “*já te conheço*” ou “*conta outra história*”.

Um último tipo de *pedinte personalizado* que encontramos é o *pedinte à paisana*. Ao contrário daqueles mais insistentes e extrovertidos, estes são muito discretos, passando quase despercebidos. Misturam-se com o simples civil, ora sentados num banco de rua, ora a deambular pelas ruas. Parecem a um olhar desatento, e até a olhares mais atentos como o nosso, simples transeuntes:

«Passo por um senhor, que me parecia estar apenas parado na rua a apreciar o movimento, mas quando me cruzo com ele este de imediato diz “dê-me dez cêntimos” » (Notas de Terreno, 24 de Fevereiro, 2011)

«Continua ali aquele rapaz parado à porta. Está a comer um *croissant*. Bem vestido, limpo. Tem umas sapatilhas brancas que estão realmente brancas. (...) Passou tanto tempo e ele ali, parado... Foco o meu olhar nele. Subitamente percebo que este é mais um dos pedintes à paisana, que quando tem oportunidade estica a mão para pedir dinheiro, muito subtilmente.» (Notas de terreno, 9 de Março de 2011)

1.3. Os verdadeiros mendigos

Recorremos a uma definição *etic*, a qual já apresentamos no capítulo referente ao percurso histórico do mendigo, para nos referirmos às pessoas com algum tipo de comprometimento físico ou mental, assim como aos idosos, cuja presença nas ruas foi sendo tolerada pela sociedade ao longo da história (Fatela, 1989).

É comum vermos na baixa pessoas a exibirem algum tipo de enfermidade física, geralmente motora. Assistimos, dentro destes, a atitudes opostas. Uns, com uma atitude mais passiva, limitam-se a exibir a limitação, sem qualquer tipo de abordagem directa. Outros salientam a sua dificuldade de movimentação, arrastando-se pelas ruas, ao mesmo tempo que verbalizam um pedido de ajuda, variado no conteúdo mas semelhante no fim.

Quanto a pessoas com deficiência visual, “a iconografia mostra-nos que, de todas as actividades exercidas pelos cegos no passado, a música foi, sem dúvida, a principal” (Machado, 1888, cit in Fatela, 1989:220), o que de facto se aproxima daquilo que vemos na rua. Quando percebemos um som de acordeão ou melódica geralmente o seu tocador é um invisual. Tocam todos os dias, nos mesmos espaços, a qualquer hora, e não nos apercebemos de nenhum pedido directo de ajuda da parte destes. Tocam, e no chão têm um recipiente onde por vezes lá vão caindo umas moedas.

Mas nem todos os invisuais que encontramos são músicos. Há uma figura muito característica da Rua Santa Catarina que pára todos os dias na mesma esquina e, embora não toque, faz-se ouvir à distância através de um tom de voz forte e ao mesmo tempo monocórdico, no qual recita, pausadamente, a seguinte ladainha:

«“Reparai que é muito triste meus irmãos. Não posso ver a sagrada luz do dia. Pela luz dos vossos olhos, deixai uma sagrada esmola a este pobre cego. Que santa luzia milagrosa vos guarde a vossa vista.”Quando alguém pára e dá esmola ele diz: “Obrigado e boa sorte. Que Deus ilumine a sua vista.”»

Existe, ainda, um terceiro grupo de invisuais que não se socorre de recursos sonoros para atrair a atenção de quem passa. Estes ficam sentados com cartazes no colo com mensagens, escritas em português e inglês, do tipo:

«“Ajude este pobre cego que não pode trabalhar” ou “Se estivesse na minha situação gostava que o ajudassem”»

Por fim, os idosos, a quem, ao longo da história, foi sendo permitido pedir nas ruas e que continuam a fazer parte do nosso cenário urbano. Geralmente estão sentados ou deitados nas ruas, sozinhos, e à medida que as pessoas passam vão pedindo dinheiro.

Apesar do seu ar solitário, abandonado e carenciado, visível através do seu aspecto por vezes doente, e do seu olhar triste e sem esperança, a verdade é que não verificamos, ao longo das observações directas, uma maior preocupação com estes, do ponto de vista de quem passa.

Quem passa apressado perde pouco tempo a prestar atenção a quem está nas ruas, seja jovem ou velho, invisual ou deficiente motor.

1.4. Ciganos romenos e outras minorias étnicas

Reconhecemo-los facilmente pelas roupas (as mulheres usam várias saias rodadas até aos pés e lenços na cabeça, com tons coloridos, e os homens roupas velhas e geralmente sujas). Costumam andar sempre em grupo, e chamam à atenção pela maneira de falar, pelo tom de voz alto, e pelo comportamento expansivo que têm nas ruas. Costumamos encontrá-los a deambular indiscriminadamente pelas várias ruas da cidade do Porto. No entanto, a porta da igreja dos congregados parece-nos ser o seu lugar cativo, uma vez que, sempre que lá vimos pessoas a pedir, estas eram de origem romena.

É também comum encontrarmos jovens a pedirem sozinhas. Vão descendo e subindo as ruas com crianças ao colo, usando-as como pretexto para pedir dinheiro. Aqui conseguimos distinguir dois tipos de abordagens. As mais insistentes, que abordam quem passa ou quem está, por exemplo, sentado numa esplanada de café, podendo chegar a agarrar a pessoa enquanto vão pronunciando frases pouco perceptíveis; e aquelas que se aproximam para pedir dinheiro sem, no entanto, chegarem a fazê-lo, continuando o seu percurso e as suas “abordagens relâmpago”, sem dar tempo a quem abordam de reagir.

1.5. Binómio homem/cão

Dizem que o cão é o melhor amigo do homem. Para alguns dos nossos atores sociais assim parece ser, de facto. A realidade com a qual contactamos mostrou-nos alguns jovens, acompanhados por um ou mais cães, em regra, sem sinais de maus-tratos. A utilização de animais pelo homem como forma de sensibilização é um fenómeno frequente e recorrente que se processa quase sempre da mesma forma. Ou associado a uma atuação musical, ou como cicerones, permanecendo imóveis enquanto os donos abordam quem passa, - “*Não me podem ajudar com umas moedinhas para alimentar os meus cães*”.

1.6. Os arruaceiros

Mais uma vez, uso um conceito emprestado da literatura, da época do Estado Novo, em que era frequente catalogar vadios e anarquistas de arruaceiros, para os quais a rua era o verdadeiro espaço de vadiagem, de expressão militante e política, de reivindicação e revolta (Fatela, 1989).

Assim, num primeiro ponto, a sua aparência visual parece-nos indicar uma certa atitude de reivindicação e descontentamento para com a sociedade capitalista dominante:

«Subo a rua até ao Via Catarina. Vejo apenas três homens sentados a tocar e a pedir. À volta deles têm algum lixo de comida, e embalagens, bem como garrafas de álcool e maços de tabaco. Já os conheço aos três. Um deles é mais velho e costuma estar a pedir sozinho. Parece-me sempre um pouco alcoolizado. Hoje principalmente. Os outros dois costumam estar juntos, a tocar (mal) guitarra. São os dois *punks*, com visual “punk extremo” característico do início da década de 80, um pouco agressivo: roupa escura, casacos de couro com alfinetes e pins espetados – um deles tem um símbolo anarquista, correntes e muitos *piercings*, e o outro tem o cabelo estilo *Mohawk*, com ambos os lados da cabeça rapados, ficando apenas uma franja comprida de cabelo no centro, penteada de forma a ficar espetada.» (Notas de Terreno, 11 de Maio de 2011).

Normalmente estão em grupo, e a sua presença na rua parece mais um momento de convívio entre eles, onde não falta uma guitarra e bebida (vinho, cerveja), do que uma tentativa de sobrevivência, embora nos intervalos desses convívios abordem quem passa para pedir dinheiro, cigarros, ou então dinheiro “*para uma cervejinha*”. Utilizam, no sentido usado por Fatela, a rua como espaço de vadiagem, assim como espaço de expressão política, atitude denunciada através das letras das suas músicas:

«Hoje estão seis elementos, um deles está de pé, os restantes sentados no chão. Enquanto um toca guitarra, e canta “Acredita na vida, não à política!” os outros respondem em coro “Anarquia hei hei! Anarquia hou! Hou!” » (Notas de Terreno, 20 de Maio de 2011)

1.7. *Los vagos vagabundos* – pedintes do século XX



Figura 1: Fotografia retirada do *site* www.lazybeggars.com

Desta vez usamos um termo *emic* - *los vagos vagabundos* - para nos referirmos a um grupo específico de sujeitos que encontramos na Rua de Santa Catarina. Nesta foto vemos apenas dois elementos mas, na verdade, quando encontramos o grupo em Santa Catarina, este era constituído por três sujeitos e um cão. Todos sentados na rua, encostados à parede, com um ar muito calmo a ler ou a conversar. Já o cão permaneceu a dormir sempre que os encontramos.

À sua frente usam quatro cartazes a denunciar os seus objetivos. O motivo de estarem ali: para cerveja; para vinho; para porros; para ressaca. Para além destes, tinham um a dizer “al menos sincero” e em baixo um *site* que de imediato anotamos.

Estes *vagos vagabundos*, auto denominados *pedintes do século XX*, são espanhóis e têm um *site* e um *blogue* onde contam toda a sua história, e de onde retiramos esta fotografia. A sua presença faz-se, de facto notar, e ninguém lhes fica indiferente. As pessoas passam, param, comumente sorriem e dificilmente vão embora sem tecer algum tipo de comentário – “*haja imaginação*”; “*se fosse eu punha um cartaz para férias*”.

2. Histórias de vida

“Não só camponeses comportam-se de forma diferente de burgueses mas há aristocratas e aristocratas.” (Velho, 1974)

De acordo com Gilberto Velho, o antropólogo, no campo, ao lidar com as pessoas, está mais apto a perceber como são elaboradas estratégias de vida particulares. Mesmo ao procurarmos padrões e regularidades, a nossa experiência pode mostrar, se não tivermos uma postura excessivamente rígida, que os indivíduos e subgrupos fazem leituras particulares da sua cultura, em função das suas características próprias. Há, portanto, uma gama de variação individual que não possibilita a procura de padrões.

Assim, se no ponto anterior apenas procedemos a uma distinção geral do real - a nossa visão -, visão essa de quem apenas consegue distinguir *camponeses* de *aristocratas*, partimos, agora, para um novo nível de análise, que nos permitirá distinguir *aristocratas* de *aristocratas*.

Pretendemos, por isso, um exame mais profundo deste fenómeno, que nos permita aceder à compreensão dos processos complexos que conduziram os sujeitos a estas práticas de rua – falamos aqui da trajectória individual dos actores – assim como compreender o sentido que estes lhe atribuem e as suas motivações.

Entramos agora no domínio psicológico, procuramos aceder àquilo que só os nossos sujeitos nos podem dizer. Se, por um lado, no ponto anterior fizemos uma descrição mais extensa e abrangente de todos os personagens que podemos encontrar num passeio pelas ruas seleccionadas, por outro, este ponto, por ser mais específico, só foi possível com um número bem mais reduzido do que o correspondente aos sujeitos observados.

Não escolhemos *a priori* aproximar-nos mais deste ou daquele sujeito. Aconteceu. Desta forma, não pretendemos generalizações, mas apenas dar a conhecer estes atores específicos. Mesmo quando a observação participante é a estratégia utilizada para a recolha de dados, os atores sociais cujas práticas e respectivos significados desejamos conhecer, encarregar-se-ão de criar zonas-sombra de acesso vedado (Pinto, 2009), pelo que só acedemos àquilo que nos permitiram aceder.

Também não nos interessa aqui captar a verdadeira realidade. Ou seja, saber se o que nos dizem é, ou não, verdade. Não nos interessa a veracidade dos factos. Interessam-nos as suas realidades subjetivas que, de alguma forma, são válidas para os atores, e servem de motor às suas vidas.

Uma vez que a etnografia não se limita apenas à descrição objetiva dos factos, - somos nós, investigadores, também construtores de mundos, o que implica que os nossos processos perceptivos e de conhecimento construam preceptivamente uma realidade, - depois de analisarmos minuciosamente os dados recolhidos, concluímos que existe um factor que serve de ponto de corte. Referimo-nos à dimensão escolha: “*Estou na rua porque quero ou a rua é a minha única opção?*”

É com base neste critério que estabelecemos uma nova divisão da realidade: *marginais* (aqueles que interpretam a sua condição actual como inevitável, pois foram levados por condições externas a tomar aquele caminho), e *marginados*⁸ (aqueles para quem a situação actual é interpretada como uma escolha pessoal).

Ao longo do ponto anterior fizemos uma descrição de indivíduos que não encontram lugar aqui, neste texto. Não por não termos falado com eles, ou pelo acesso às informações nos ter sido vedado, mas precisamente por concluirmos, depois de conhecermos um pouco das suas motivações, que estes não deveriam ser incluídos nesta parte do trabalho, pois a sua forma de estar na rua não se coaduna com uma forma de sobrevivência, como é o caso dos *jovens instrumentistas* que atrás descrevemos.

2.1. Dos marginais

Músico invisual, 55 anos (Sr. A.)

O Sr. A. tem 55 anos e toca acordeão nas ruas desde os 25 anos. Viveu, inicialmente, em Lisboa, onde permaneceu 20 anos.

“Mas aquilo é terrível. Há muitos drogados, não há respeito. Fui roubado muitas vezes. Mas também lhe digo, quando apanhava um, aiai, uma vez esmurrei um preto todo. Há muita vadiagem por lá.”

Estas situações fizeram-no regressar às ruas do Porto, onde refere “*aqui há mais respeito pelos cegos*”. Podemos encontra-lo na Rua de Santa Catarina, “*mais acima ou mais abaixo*”, consoante a receptividade dos lojistas, aos quais nem sempre agrada o som do acordeão. Mas vemo-lo, principalmente, perto do Mercado do Bolhão onde “*a convivência é mais fácil*”.

⁸ Recorremos aqui a uma adaptação para o português de um conceito do vocabulário espanhol, o qual significa sujeito que se coloca à margem.

Não tem qualquer contacto com a família, que, segundo este, “*nunca quis saber*”. Em relação à escolha pela sua actividade, referiu que já tentou outros trabalhos, mas nunca conseguiu e, por esse motivo, tornou-se inevitável estar na rua a tocar. Inevitável porque, apesar de o termos encontrado sempre com um ar sorridente, este revelou-nos que não gosta nada daquilo que faz:

“Eu toco acordeão para ganhar dinheiro, mas não gosto nada disto. Eu sei tudo deste acordeão, até as afinações sou eu que faço (...) mas não gosto, mas não gosto menina. Ai não gosto nada.”

Assim, para além de questões relacionadas com o seu gosto pessoal, o que o traz para a rua é a necessidade de trabalhar:

“Também uma pessoa diz que não há trabalho. Mas às vezes não é bem assim. Não há é aquilo que nós queremos. E eu não gosto nada disto, mas tem de ser.”

O Sr. A. vê a sua actividade como um trabalho, aquele que lhe é possível, negando qualquer relação entre este e um pedinte “*eu não peço nada a ninguém. Eu toco, estou aqui todos os dias no meu posto. Quem gosta do que ouve, dá. Mas dá porque quer*”.

No entanto, refere que o seu *trabalho* é cada vez é mais desvalorizado, e que as pessoas andam cheias de pressa e sem dinheiro, demonstrando uma atitude compreensiva relativamente a este facto: “*também anda mau para todos não é? E eles depois, às vezes, para não terem de escolher a quem dar, olhe, nem dão a nenhum*”.

Porém, pese embora estes factos, refere que “*dá para ir vivendo*”, e vai havendo sempre alguém com vontade de ajudar. A este respeito, numa das nossas conversas com o Sr. A. à hora de almoço, fomos abordados por uma senhora que lhe foi levar uma marmita. Esta, segundo o Sr. A., é uma das senhoras do Mercado do Bolhão, que ao longo dos anos “*sempre foi tendo uma atençãozinha*”.

Música invisual (Sr.^a B.)

Vamos falar agora da Sr.^a B., presença habitual na Rua de Santa Catarina, onde passa o dia sempre acompanhada da sua harmónica. Em jovem tirou o curso de telefonista e está inscrita no Centro de Emprego desde 1975. No entanto, nunca arranjou trabalho, o que a obriga a viver de um subsídio de 300 Euros. “*E diga lá quem é que se governa com 300 euros? É impossível! É por isso que eu sempre estive na rua*”.

Tem uma filha de 30 anos, também na mesma situação, mas que não reside na cidade do Porto. Ela própria já esteve noutra cidade, mas escolheu o Porto e a Rua de Santa

Catarina para se fixar, por ser mais movimentada e haver mais turistas, os quais “*desembolsam mais*”.

Relativamente à sua actividade refere:

“Eu não sou pedinte. Eu sou uma pessoa que luta para sobreviver. Eu posso estar na rua, mas é por necessidade, e as pessoas que dão é porque vêem que eu preciso de ajuda. Uma coisa são pessoas como eu, que estão aqui com esta postura. Outra coisa é aquela ali – refere-se à pedinte da sopa - que se faz de maluca, mas não é. É mas é uma drogada, que se ganha 5 euros vai logo ‘pa droga. Porque não é por se andar a pedir que é preciso andar-se assim sujo como ela. É preciso saber estar!”

A Sr.^a B. tem casa, e mostra-nos, a este nível, que o senso comum geralmente confunde realidades distintas:

“E muitos dos sem-abrigo estão nessa situação porque querem. Mas são coisas diferentes. Uma pessoa está na rua a tentar a ganhar a vida, não significa que não tenha casa. Eu estou na rua, e muita gente está na rua porque o que ganha não dá para tudo. Mas muita gente pensa que por se estar na rua tem de se ser miserável.”

Músico invisual, 86 anos (Sr. C.)

O Sr. C. aprendeu música em criança, por vontade do pai, no entanto, refere que a sua família sempre desvalorizou as suas capacidades pelo facto de ser cego:

“É que a minha família considerava um cego como um tolo. Mas diga lá menina qual é o tolo que faz a 4^a classe e exame de admissão ao liceu? Que tolo é que estuda música, faz o 3^o ano de piano e o 5^o de violino? Depois o acordeão aprendi sozinho porque fazia mais festa para tocar na rua. Mas isto devo ao meu pai que sempre quis que eu aprendesse música. Para a minha mãe eu não servia.”

Para além de ter aprendido música, fez um curso de telefonista, tendo chegado a fazer um estágio em Lisboa “*mas depois trabalho nunca me deram. Então vim para a rua...*”. Refere que veio para a rua por necessidade - “*eu precisava trabalhar*” - mas confessa que ganhou um gosto especial por esta vida. Foi empurrado para a rua, mas nela descobriu uma forma de estar que lhe permite o convívio com as pessoas, para além da ligação à música – “*é a música que me dá o ser*”. Ao mesmo tempo que lhe possibilita este contacto com a sua arte, também é uma opção que sempre lhe compensou financeiramente: “*há vezes que se faz 30/40 euros por dia. Quando está a chover é que é mais complicado*”.

Toca nas ruas desde 1940, mas revela que durante todo este tempo muita coisa mudou para quem se dedica a estas práticas:

“No tempo de Salazar não era esta rebaldaria. Para tocarmos na rua precisávamos de uma licença, que era emitida pela Polícia de Segurança Pública do Porto. Não era qualquer um que vinha e tocava, não é como agora.”

Para adquirir essa licença (cf. figura 2) o Sr. C. teve que se deslocar à associação de cegos “*Depois fizeram-me muitos exames para não haver dúvidas que eu não andava a ludibriar ninguém. Só quando tiveram a certeza que eu não via emitiram-me a licença*”.

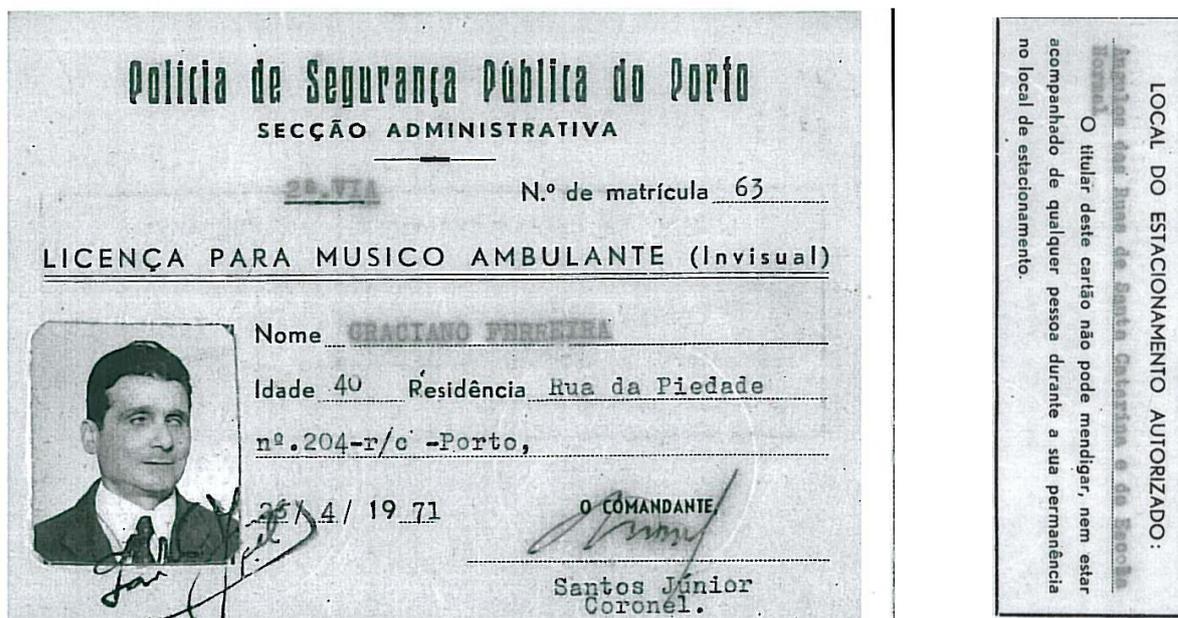


Figura 2: Licença para músico ambulante onde aparece especificado o local concreto onde o seu portador pode exercer actividade.

Nesta licença vem especificado que “*o titular deste cartão não pode mendigar*”, questão que o Sr. C. nos explicou:

“Então, esta licença permitiu-me trabalhar. Porque tocar é trabalho. Mendigar é andar a pedir e eu não ando a pedir porque pedir é a vergonha de um homem. Eu cá prefiro tocar por vaidade do que pedir por vergonha. Eu tenho vaidade em tocar e agradar o povo que passa. E a vaidade que eu sinto é o contrário da vergonha de pedir.”

Actualmente, o Sr. C. já não toca “*custa-me andar com o instrumento às costas, com a idade pesa mais*”. Então, vem para a rua vender almanaques. Neste aspecto, sublinha a necessidade de não ser confundido com um pedinte:

“Mas repare, isto não é tudo para vender! O que eu tenho é só estes dois almanaques, os outros livros que estão aqui é só para fazer número, senão as pessoas que passam olham para a banca quase vazia e parece que estou para aqui a pedir. E eu não gosto de pedinchices.”

Apesar da certa instabilidade própria de uma vida com um rendimento incerto, o Sr. C. sempre teve casa para dormir:

“No início dormia num albergue nocturno, mas era ruim. É que lá andava todo porco, que uma pessoa só podia lá dormir, depois vinha embora. Andava com a roupa suja, e um músico não pode tocar assim. Um músico não é um pedinte. Ou já viu algum pedinte de gravata ao pescoço? Pois eu tocava de gravata ao pescoço. E sempre que vou tocar eu cuido da minha imagem. Por isso não fiquei muito tempo no albergue, e fui para uma pensão. Mas também já tive que mudar algumas vezes porque a vizinhança não é fácil. E agora pedi para ir para um lar. Isto também de andar na rua, hoje em dia, isto é para os capitalistas. Está tudo tão caro. Tanta exploração. E eu não tenho rendimento nenhum, só tenho aquilo que ganho aqui.”

Um possível olhar

As pessoas que incluímos nesta categoria destacam razões relacionadas com a *vulnerabilidade social* (Castel, 2005) associada aos fenómenos do desemprego, precarização do trabalho e dificuldade crescente dos sistemas clássicos de protecção para cobrir os riscos sociais. Pessoas que procuraram, em determinado momento, inserir-se no mercado de trabalho formal e socialmente reconhecido a que, no entanto, devido à sua condição de invisuais, lhes foi vedado o acesso.

Percebemos, desta forma, o estigma social inerente à sua condição que impossibilita que a sociedade – na qual incluímos, também, a sua própria família – de os considerar enquanto seres comuns e totais, reduzindo-os a *pessoas estragadas* ou *diminuídas* (Goffman 2004 [1963]).

Também se vêm marcados pelo estigma alguns dos toxicodependentes com quem falamos - porém, as suas histórias não foram descritas com maior detalhe acima, pois com estes apenas estabelecemos contactos fugazes. No entanto, convém ressaltar que estas pessoas mostraram-nos que estão na rua a pedir porque, apesar de terem tentado mudar de vida e inserir-se no mercado formal de trabalho, tal nunca foi conseguido. A sociedade prende-os a um passado com o qual se querem desvincular: “...o pessoal vê logo pelos meus dentes que o meu passado não é muito bom...agora já engordei um bocado, mas o pessoal topa.”

Nestas situações, o fenómeno de categorização social permite a redução de esforços no rotineiro que se estabelece no dia-a-dia, pois atribui certas dimensões da personalidade com base nas expectativas desencadeadas pelas características destas pessoas. A sociedade projecta sobre o sujeito estigmas que, por um lado, dissolvem os aspectos singulares que o

distinguem como pessoa humana e, por outro, levam à redução, na prática, das suas disponibilidades de sucesso (Gofman, 2004 [1963]).

2.2. Dos marginados

Jovem músico (Bob)

O *Bob* toca há 13 anos na rua e optou por esta forma de vida por amor à música:

“Às vezes toco em bares e tal, mas não chega. E vi que se quisesse algo mais seguro tinha de abdicar da música. Não quis. Então, olha, há 13 anos que isto é a minha vida. Estás a ver aquela estrela ali no chão? É ali que ponho a minha caixa. E tem sido dela que tiro o meu ganha-pão. Sou autodidacta, e sou dos músicos mais antigos e persistentes aqui de Santa Catarina”.

Embora refira gostar de estar na rua – “*isto é a minha vida*” – explica-nos que esta é uma falsa liberdade. Diz-nos que, para quem passa, esta é uma vida fácil:

“Se está sol então olham para nós como uns vagabundos, devem pensar que estamos aqui a curtir, e eles é que são os coitados que têm de ir trabalhar. Mas isto é trabalho. Mas eu é que mando em mim e me obrigo a vir para aqui mesmo quando não apetece. Porque é sempre aquela insegurança em relação ao futuro, porque aqui uma pessoa ganha se trabalha, se não trabalha não ganha. Mas eu como todos os dias, não é? Tenho as minhas contas para pagar, a minha casa.”

Apesar destes constrangimentos, revela-nos que, até hoje, sempre conseguiu ir levando a vida:

“Estou aqui não estou? Claro que não é sempre bom. Em alturas de Natal, Páscoa, já cheguei a fazer 80 Euros por dia, agora sou capaz de fazer 5. Os turistas desembolsam mais, e o pessoal de férias tem outra atitude. (...) oh pah, mas enche-me o ego que as pessoas parem e me fiquem a ouvir. Eu adoro ser músico de rua.”

Músico de rua ou *animador de rua* é assim que Bob se denomina. O seu trabalho é a música, e a rua é o seu “*escritório*”. Portanto, embora divida o espaço com outros utilizadores da rua, este vê a sua função de forma completamente distinta:

“Pah, eu sei que as pessoas confundem um pouco as cenas. Estou na rua, não estou a pedir. Eu não peço. Às vezes posso pedir um cigarrinho, mas não peço dinheiro. Quem quer dá (...) É inevitável. O pessoal associa os jovens que estão a tocar à droga. Isso é muito mau, porque de imediato sou logo excluído porque estou na rua. Mas isso é mais mentalidade daqui, porque por exemplo no Algarve ou Espanha já estão muito mais receptivos aos “artistas de rua”. Mas aqui ainda nos associam muito aos pedintes. E depois aqueles pedintes até são mal-educados às vezes, e depois as pessoas que põem tudo no mesmo saco também nos julgam assim.”

Jovem francês

O personagem que agora apresentamos é um jovem, francês, que veio para Portugal há um ano, na companhia de um amigo e dos seus dois cães. Não vieram por nenhuma razão especial. Apeteceu-lhes. E da mesma forma, sem nenhum motivo concreto, decidiu ficar com os seus cães, enquanto o seu amigo seguiu viagem para outro sítio.

Nos primeiros tempos no nosso país, foi vivendo com o dinheiro da venda do carro que trouxe consigo. Quando o dinheiro acabou, passou a usar a rua como forma de subsistência ocupando as suas tardes a pedir, em Santa Catarina para si e para os seus cães, alternando estes períodos com trabalhos pontuais e indiscriminados – “*eu estou na rua quando não arranjo trabalho. Quanto arranjo alguma coisa, trabalho.*”

Quando está na rua não faz nada para além de simplesmente estar:

“Não faço nada. Ganho mais quando estou parado só a pedir. Às vezes jogo *Diablo* para passar o tempo, mas as pessoas nunca dão quando estou a jogar. Tira o ar sério da coisa. O melhor é não fazer mesmo nada.”

Gosta de estar na rua porque nela ninguém lhe impõe regras e o obriga a cumprir horários. Vive numa casa abandonada em Gaia com 8 pessoas. O sujeito aponta que a sua casa é diferente da Casa Viva no Marquês (segundo o Kebab, “Aquilo é tipo trabalho social, há oficinas de artes e tal. Uma pessoa ocupa a casa, mas desenvolvemos projectos lá”):

“Mas não gosto. A nossa não é assim. Eles defendem que são anarquistas, mas no fundo eles seguem um líder e têm regras fixas. São uns hipócritas”.

Kebab, 42 anos

O Kebab nasceu no Porto e conta que foi aos 14 anos que começou a traçar um percurso que marcaria toda a sua história. Começou a fumar, primeiro cigarros, depois umas “*ganzas*” até que “*a cena foi evoluindo*”:

“Eh! Tipo, agora ganzas já é raro fumar. Às vezes chega um com uma ganza e tal e eu lá fumo, mas não compro. Álcool já é diferente, não vou mentir que gosto. Gosto mesmo. Depois heroína e cocaína... são drogas a preto e branco, e eu prefiro as drogas a cores! Sou dos anos 80, LSD, tás a ver? É outra cena. É ver a cores!”

Embora tenha iniciado cedo os consumos, aos quais atribui a responsabilidade da sua situação atual, esta é relativamente recente. O Kebab é licenciado em Farmácia, tendo

feito os primeiros anos do curso no Porto e concluído em Coimbra. Depois de licenciado trabalhou durante uns anos na BIAL, até que:

“Eh! Tive uns problemas... pronto, cenas de drogas. Os meus pais tiveram a cena de me mandar para Inglaterra para eu me tratar. Fiquei lá uns anos. Eh! Aqui trabalhava de fato no ar condicionado. Altas condições. Fui para lá lavar pratos.”

Depois da passagem por Inglaterra andou sempre a viajar, França, Holanda, Espanha:

“Fiz muitas coisas por lá. Histórias boas, outras coisas menos bonitas... sabes como é, tu de Psicologia entendes bem a cabeça dum gajo. Eh pah, depois andei sempre pelo Sul.”

Assumi o estilo de vida que tem hoje há cerca de sete anos, alternando a animação de rua com trabalhos em bares, sempre em constante procura dos sítios onde poderá ganhar mais.

Durante o tempo que viveu em Espanha, viveu com a namorada - a R. - numa casa ocupada do género da Casa Viva, tendo regressado para Portugal, no início do ano. Decidiu viajar para o Sul para ganhar dinheiro a fazer malabares e trabalhar nuns bares também. Contava que ela viesse depois ter consigo, no entanto, dois meses depois recebeu a notícia que ela tinha morrido. Depois de ter andado uns tempos “*meio perdido*”, vagueando de cidade em cidade, sempre com “*muitos excessos*”, decidi regressar ao Porto para rever a família.

“A minha mãe passa-se com a minha cena. O meu pai já entende. Eh! Têm posturas diferentes, a minha mãe é daquela geração que começou a trabalhar aos 12 anos, não entende a minha postura. O meu pai já não, o meu pai estudou, entende a minha cena, sem regras, *free!!* De certa forma, é graças a ele que eu vou estando mais tranquilo, sei que se cair ele tá lá.”

Em relação à sua forma de vida refere:

“Eu não estou na rua! Olha, uma coisa é estar na rua, a mendigar, outra coisa é pedir. Eu nem estou a mendigar, nem a pedir. Estou a fazer animação. (...) Nós damos alegria às pessoas. (...) O pedinte que está aí encostado, sentado, a pedir, não tem nada a ver. É outra coisa. Nós estamos a fazer malabares, falamos com as pessoas, há uma cena mais de contacto, proximidade. Não é só dar dinheiro, é uma troca. Eh! Quem está parado, sentado, só a pedir apenas quer receber. Nós damos um pouco de nós também.”

E será que dá para viver assim?

“Então não dá. As pessoas vão deixando algum. Depois também vamos às vezes aos mercados. Aqui no Porto é o Bolhão. Eh pah, vamos ao final do dia, quando precisamos, voltamos cheios de

comida. E não tenho problema de entrar nas lojas se a situação tiver mais apertada. Não roubo, nunca roubei. Nem é preciso.”

O Kebab não pensa numa situação de vida alternativa:

“Olha, já trabalhei no ar condicionado, fui parar a Inglaterra para lavar pratos. Estou aqui. A vida dá muitas voltas. E trabalhar aqui? Para trabalhar para aquecer em Portugal prefiro morrer de frio. Aqui e Espanha que lá também ‘tá ridícula a situação. Não dá (...) Não se tem liberdade (...) O quê, acordar de manhã todo naquela...ih vou trabalhar. O trabalho não pode ser uma obrigação, nós temos que estar felizes naquilo que fazemos. E estou aqui porque eu sou feliz! Aqui, assim, com a vida que levo!”

Los vagos vagabundos

Recolhemos estas informações, não directamente através de conversas informais, mas sim a partir da análise de um *site* no qual estes *vagos* partilham com o mundo todas as suas experiências – “*Nova geração de mendigos!!! Bem-vindos ao século XXI!*”

Para além do recurso ao *site*, estes têm outras particularidades, as quais se tornam bem visíveis na foto da figura 1. Usam cartazes para especificar as necessidades para as quais pedem. E como surgiu tal ideia?

“Trabalhávamos na rua. Lyndon fazia malabares; José dançava; Nigel tocava guitarra. Nigel tinha um cão, o qual estava com fome. Decidimos fazer um cartaz “para comida” e pusemos em frente ao cão. Depois resolvemos escrever “para vinho” e pusemos em frente ao Nigel (ele é um alcoólico). Era tarde e Lyndon desejava uma mortalha “para porros”. Depois disso, obviamente, Jose decidiu usar “Para Cocaína”.

Passam o tempo a viajar. Como não têm morada fixa, dormem onde calha:

“A nossa melhor aquisição foi o saco-cama. Se chove precisamos de um sitio coberto, mas não chove muito.(...) mas nem sempre dormimos na rua. Temos amigos em muitos sítios e às vezes oferecem-nos as suas casas, garagem e estamos algum tempo com eles. E depois há uma variedade de sítios, desde pisos de luxo, tendas de campismo, parques, (...)”

Descrevem a sua actividade como um verdadeiro trabalho:

“Passamos de 8 a 12 horas na rua, e também gastamos muito tempo e dinheiro em sítios de *Internet* fazendo, literalmente, milhares de pessoas sorrir a cada dia. Algumas pessoas crêem que isso vale dinheiro; outras não. Mas, sinceramente, achamos que fazer rir as pessoas vale muito mais que dinheiro.”

Um possível olhar

Estamos aqui perante um conjunto de indivíduos que vivem de acordo com o *princípio do prazer* regendo-se, de certo modo, por uma gratificação imediata (Freud, 2009 [1920]) – que é desenvolver as actividades que pretendem, sem nenhum vínculo laboral com a estrutura social dominante. No entanto, esta atitude não se assemelha à atitude de uma criança, que ainda não aprendeu a adiar o prazer. Estes têm consciência do princípio que rege a realidade, embora esta os desagrade.

Estes sujeitos, neste trabalho denominamos de *marginados*, conhecem o sistema dominante, conhecem o que deles é esperado. Contudo, vêm o mundo com um significado diferente do que é captado pelos indivíduos ajustados. O indivíduo não é, então necessariamente em termos psicológicos um deslocado, e a cultura não é tão esmagadora como possa parecer para certos estudiosos (Velho, 1974).

De acordo com o mesmo autor, esta leitura diferente do código sociocultural poderá aqui indicar, muito além da existência de desvios, o carácter multifacetado, dinâmico, e muitas vezes ambíguo da vida cultural. A cultura não é, em nenhum momento, uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente accionada e modificada por pessoas que não só desempenham papéis específicos mas que têm excepcionalmente existências particulares.

A estrutura social, por sua vez, não é homogénea em si mesma mas deve ser uma forma de representar a acção social dos actores diferentemente e desigualmente situados no processo social. Em qualquer sociedade ou cultura existe uma permanente margem de manobra ou áreas de significado aberto onde possam surgir comportamentos divergentes e contraditórios.

Em suma, verificamos pelo discurso, tanto de *marginais*, como de *marginados*, que ao mesmo tempo que não podemos negar ao sujeito a capacidade de ser autoprodutor de si e determinador dos seus percursos, não podendo, por isso confiná-lo a uma rede de análise reducionista e limitativa que o transforma no produto de uma série de determinismos (eg. físicos ou sociais); também não o podemos entender como um sujeito totalmente livre, desenraizado de uma superestrutura que, embora não o limitando totalmente, restringe certamente as suas escolhas. Portanto, o que interessa destacar é a forma como estes nossos sujeitos vêm a realidade, como reagem a todas as condicionantes que lhes foram sendo apresentadas, e como constroem os seus mundos e as suas significações pessoais. Foi isso que pretendemos mostrar.

Por outro lado, os grupos descritos partilham de algumas características em comum. Na verdade, tanto *marginados* como *marginais* não se vêem como pedintes, descrevendo, a este respeito, inúmeros aspetos que permitem a distinção entre “*nós*”, - os animadores, os músicos, os artistas, - e os “*outros*”, - os pedintes. Do mesmo modo, une-os o facto de encararem as suas atividades como uma tarefa de troca, equiparável a um trabalho.

3. A reação social

Depois de termos abordado o ponto de vista dos nossos sujeitos, propomo-nos a apresentar, sucintamente, as percepções que a sociedade vai tendo sobre o fenómeno abordado. Para tal, recorreremos a conversas informais com vendedores ambulantes, lojistas, e outros tantos anónimos que percorrem as ruas por onde andamos e, sempre que possível, confrontamos os olhares da sociedade e dos atores sociais.

Em relação ao comportamento que as pessoas percebem como correcto, encontramos o sentimento generalizado nas ruas de que a ajuda não deve partir de particulares. Pelo contrário, o acto de dar esmolas é, muitas vezes, classificado como a causa maior do problema, pois vai permitindo que quem está na rua sem necessidade veja nesta condição uma forma fácil de ganhar dinheiro, não percebendo por isso a necessidade de criar condições alternativas.

Por outro lado, se a sociedade vai alimentando essa forma “precária” de subsistência, estamos a limitar a criação de novas políticas públicas capazes de abranger toda a dimensão do problema, prejudicando quem realmente precisa de ajuda.

Desta forma, vemos que a sociedade foi construindo o seu conceito de necessidade, o qual permite distinguir quem realmente é merecedor de caridade. Para as pessoas com as quais falamos, o pedinte pode estar na rua se tiver sinais evidentes de que precisa, caso contrário não lhe é reconhecida necessidade para pedir. O critério de distinção é muito simples e define-se pela negativa, isto é, verificadas certas características, não há necessidade e, consequentemente, legitimidade para pedir. Ou seja:

“ (...)Viste bem o ar dela? Estava com roupa limpa, e tinha um ar minimamente saudável, não parecia estar a passar fome. Se não tivesse casa não estava assim de certeza” (Estudante universitário e músico, 30 anos)

“Pessoas com saúde, com tudo, vêm pedir para quê? Só pode ser para droga!” (Senhora idosa)

“São sempre os mesmos, e bem sabemos que não é para comer. É tudo para a droga” (Lojista, Rua de Cedofeita).

Segundo estas opiniões, se a pessoa é saudável, se, aparentemente, tem cama, comida e roupa lavada, então não pode pedir. Tem as suas necessidades básicas satisfeitas. No entanto, vimos acima, principalmente no discurso dos músicos invisuais que apresentamos, que embora estejam na rua a procurar algum tipo de ajuda, tal não é

sinónimo de não terem casa, ou comida, e não implica, da mesma forma, que tenham de andar sujos e mal arranjados.

Se, por um lado, parece ser importante, para o dador de esmolas, que o *pedinte* aparente estar numa situação clara de miséria, já para os *pedintes*, é importante não serem associados a essas características estereotipadas – vimos, por exemplo, a situação do Senhor C., em relação aos almanaques. A este respeito, a Sr.^a B. contou-nos o seguinte episódio que demonstra que devemos relativizar a noção de necessidade:

“Muita gente pensa que por se estar na rua tem de se ser miserável. Têm uma ideia errada. Olhe, está a ver estas sandálias? Custaram-me 10 Euros. Pois acredite que já ouvi comentários do género: *olha lá, eu bem que ando a namorar aquelas sandálias e não tenho dinheiro para as comprar e aquela já as tem*. Mas quer dizer, eu por andar na rua tenho de andar toda rota? Toda suja? E eu não posso ter vontade de ir comer a um restaurante melhorzinho também? Às vezes também me apetece e também vou. E é que essas pessoas que reparam nestas coisas, e que andam para aí a queixar-se da crise, também depois têm carrões, viajam para fora, e eu não posso ter umas sandálias de 10 Euros?”

Assim, na opinião da Sr.^a B., ela e outras pessoas na sua situação têm toda a legitimidade para também querer aceder a certos bens de consumo, já que estes estão generalizados na sociedade (como andar apresentável, comer de vez em quando num restaurante). Ora, aproximando-nos à teoria da anomia de Merton (1970, *cit in* Velho, 1974), este factor sugere a existência de um conjunto de objectivos legítimos. No entanto, a visão dos dois grupos, a sociedade e os pedintes, diverge quanto ao seu acesso. A sociedade dominante encara que *pedir* não é um *meio legítimo* para atingir tais objectivos, visto que estes não correspondem a necessidades primárias do indivíduo.

Desta forma, a nossa cultura define, regula e controla os modos aceitáveis de alcançar os objectivos (*ibidem*). E, neste ponto de vista, quem está a pedir, para ter legitimidade para o fazer, deverá ter objectivos socialmente aprovados para o efeito: satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência.

Assim, para muitos, a realidade social parece uma mancha uniforme, não existindo distinção entre aqueles que estão na rua, pois vêm esta actividade do ponto de vista apenas do objectivo último que é angariar dinheiro. Embora reconheçam a diferença de uns e outros, resumem-nas a estratégias para retirar dinheiro a quem passa. A este respeito, para um vendedor ambulante de Santa Catarina estas estratégias têm vindo a ser aprimoradas:

“A malta ri-se quando chega algum novo. Isto de vir para a rua é preciso imaginação. Cada um usa o que pode. Tem aí um que aparece sempre com uns cães novitos. Depois não sei como ele faz que nunca chegamos a ver os cães grandes. Mas começam a crescer ele aparece com outros

novos...sabe como é, o pessoal dá mais quando vê os cachorrinhos, ficam com pena. Mas ele já anda assim há muito tempo. Sempre com cãezitos novos. Outros cantam. Desenrascam-se como podem.”

Relativamente aos pedintes idosos, embora para uns a sua condição de maior vulnerabilidade desperte um desejo de ajuda, esta é, na maioria das vezes, reprimida. Outros, mais uma vez, não dão nenhuma importância adicional pelo facto de serem idosos, atribuindo toda a responsabilidade da sua vida actual às escolhas que fizeram em novos:

“São vidas...se calhar não tiveram juízo em novos. Mas é dinheiro fácil. Não se dá satisfações a ninguém. O que vem é lucro. E há sempre alguém a dar. Olhe, imagine: se há dez pessoas a dar um Euro num dia, já lá vão 10 Euros. E há quem dê 5 Euros, 10 Euros. Mas também é verdade que aqui na rua é preciso ter cabeça. Gasta-se muito. Vai um cafezinho, um cigarrinho. Se uma pessoa não tem cabeça enterra o dinheiro todo no próprio dia. Eu que já estou aqui há 30 anos sei.”
(Vendedor ambulante)

Quanto às explicações, estas oscilam entre dois pólos. Por um lado, aqueles que vêem estas pessoas como vítimas de uma sociedade que não cria condições susceptíveis de integrar todos os seus membros, dificuldade esta potenciada pela crise atual:

“As pessoas só vão para a rua em último recurso, quando já não trabalho nem alternativas. É muito humilhante essa situação.” (Assistente social, 24 anos)

Por outro lado, aqueles que atribuem esta situação a características individuais que os tornam suscetíveis a uma dependência, por exemplo, de drogas:

“Trabalho aqui há 45 anos e sempre houve gente a pedir. Mas agora já não é por necessidade, isto é tudo para a droga.” (Engraxador de sapatos, 68 anos)

Percebemos aqui um fenómeno interessante. Estes dois pólos representam, respectivamente, uma perspectiva de *patologia social*, segundo a qual o fenómeno da mendicidade resulta de desequilíbrios entre objectivos e meios, desequilíbrios esses próprios de sociedades mal-integradas. Acrescem as explicações que sugerem a existência de uma perspectiva de *patologia individual*, que enfatiza a responsabilidade pessoal do indivíduo.

No entanto, um terceiro tipo de opiniões que analisamos salienta um aspecto de escolha pessoal:

“Eu não acho que as pessoas que estão na rua a pedir precisem de pedir. Acho que fazem isso para não pertencerem ao sistema. Estão tipo revoltadas com a nossa sociedade, com a nossa forma de organização e querem quebrar isso. Não querem regras impostas.” (Enfermeira, 25 anos)

Em suma, o fenómeno da mendicidade convoca com frequência posicionamentos ideológicos extremados. Por um lado, aqueles que põem a tónica na componente do ócio, e encaram o mendigo como aquele que não quer trabalhar; por outro, visões que transferem a responsabilidade para o sistema político, referindo que estão na rua porque não têm trabalho ou porque o aparelho político-estadual se revelou incapaz de realizar as prestações sociais básicas necessárias. Por um lado são vítimas, por outro são (ir)responsáveis pela situação.

Estas ideias estereotipadas e simplistas carecem duma atitude compreensiva, mas falta-lhes, sobretudo, uma visão próxima e baseada na realidade que mostre a diversidade de actores, de práticas, de motivações, de experiências de vida, de contextos, entre tantos outros aspectos que caracterizam a vida humana na sua totalidade.

4. A rua como contexto

O espaço não é uma entidade independente, fechada, fixa, mas um campo dinâmico. Só existe através das relações que estabelecemos com ele. Há duas modalidades de relações no espaço: a relação no espaço como quadro funcional, própria do urbanismo, em que se analisa o espaço como um factor de influência e de condicionamento (Fischer, 1994); e a modalidade de relação que avalia o espaço como espaço vivido.

Assim, a rua que interessa ao olhar antropológico é aquela que resgata a experiência da diversidade, possibilita o encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, e uma multiplicidade de usos e olhares (Magnani, 2003). Por isso, nesta secção, propomos dar a conhecer a rua enquanto suporte de sociabilidade, mostrando os usos é que os seus utilizadores lhe dão.

As ruas que escolhemos reúnem as duas funções principais de uma rua: circulação e paragem, ou seja, cumprem a função de lugar de passagem, mas ao mesmo tempo são lugares de encontros e descobertas, - de coisas através de vitrinas e de pessoas através do choque ou evitamento da sua “esfera veicular” (Goffman, 1968, *cit in* Fischer, 1994).

«Desvio o olhar. Sou contagiada pelo ritmo dos acontecimentos à minha volta: muitas pessoas a passar na rua, com várias direcções, diferentes ritmos de marcha. Vejo turistas, pessoas que deverão passar nesta rua diariamente, estudantes que terminam o seu horário escolar, passeantes que vão parando para ver as compras, pessoas a pedir. (...) Toca o sino da igreja. O carro da polícia passa lentamente pela rua. À medida que o tempo passa a rua vai perdendo movimento.» (Notas de Terreno, 12 de Outubro de 2011)

Ao mesmo tempo, são ruas que, devido às suas características (as ruas de Santa Catarina e de Cedofeita são fechadas ao trânsito automóvel), cumprem funções complementares: são ruas de parar, de estar e existir em qualquer lado. São ruas de paragem, de espectáculos, de actividades e prazer (Moles, 1989, *cit in* Fischer, 1994):

«A rua encontra-se cheia de gente. Muitos jovens sentados nas soleiras das portas. Uns a namorar, outros a conversar, outros apenas sentados. Há muitos vendedores ambulantes. Vendem bijutaria e artesanato. Temos a música providenciada pelos “artistas de rua”. Há muita cor, conseguida em parte pelos enfeites de Natal. Há muito movimento em várias direcções. Barulho de vozes, do canto, da fala, dos pregões das vendedoras. Ouve-se o barulho dos carros, dos motores e buzinas. Há animação na rua, palhaços que fazem brincadeiras às crianças e lhes dão balões. O colorido dos palhaços e dos balões intensificam o colorido dos enfeites. Os vendedores de pipocas e castanhas acrescentam a dimensão do cheiro a esta paisagem urbana.» (Notas de Terreno, 20 de Dezembro de 2010)

Teoricamente, todo o espaço urbano oferece possibilidades de errância e a rua continua a ser potencialmente o lugar de uma tal experiência. Mas esta errância só acontece em situações especiais: quando se visita uma cidade estrangeira ou quando se tem tempo para vaguear um pouco pelo bairro após cumpridas as obrigações do dia (Fischer, 1994).

Verificamos também na rua, aspetos que apontam para o conceito de dominância territorial desenvolvida por Fischer (1994), o qual nos diz que temos a tendência para ocupar um território de maneira a controlá-lo e a nele exercer uma espécie de direito e posse.

Neste âmbito, depois de poucos meses a deambular pelas ruas da baixa, verificamos algumas regularidades na distribuição dos nossos actores sociais pelo espaço. Nos casos que fomos conhecendo, o que define a prioridade de alguém sobre determinado território é o tempo de serviço e, claro, a relação com os restantes utilizadores:

“Na rua tem de haver ética. Uma cena que me passo é com as Tunas. ‘Tá um gajo ali a tocar, toda a gente sabe que é ali o meu lugar, e põem-se uns metros ao lado a tocar e claro, atrapalham a minha cena. Depois também há pessoal que se aproveita. Eu ‘tou aqui a tocar e eles vêm para o meu lado pedir. Desatino com isso. É preciso respeito, perceber quem já é daqui. Não é só chegar. Mas se o pessoal respeitar, ‘tá-se bem. Há imensa gente que vem pra rua e toda a gente se dá bem.” (Bob)

De acordo com Fischer, é possível verificarmos reacções mais ou menos agressivas à invasão de um espaço:

“Estavam aqui a três Russos a tocar, mas que tiveram de ir embora. Sabe como é, a rua tem os seus problemas. (...) Então, um gajo que chega aqui há pouco tempo não tem o mesmo direito dos gajos que estão aqui batidos todos os dias. Não é verdade? Às vezes isto dá chatice, até luta quando os gajos não entendem isso (...).” (Vendedor P.)

Verificamos, assim, que para quem a rua não é um espaço de passagem, mas sim “*o escritório*”, o indivíduo estende a sua influência sobre o espaço, prolongando-se através das actividades e relações que desenvolve. O espaço pessoal engloba todas as dimensões qualitativas da ocupação de um espaço: os movimentos do corpo, a sua posição, as impressões sentidas na esfera imediata.

A este respeito, e utilizando a terminologia de Magnani (2003), para aqueles que ao invés de circular, escolhem fixar-se num espaço e acabam por ser identificados por isso, estamos a falar de *pedaço*. Este conceito tem uma lógica particular de apropriação que agrupa os semelhantes, ao mesmo tempo que distingue os de fora.

Mas nem todos optam por se fixarem num ponto. Há aqueles cuja existência na rua é marcada pela circulação. Quanto a este segundo grupo, se para uns o trajeto é fixo, para outros o percurso parece mais resultar de uma errância “O processo de errância dos jovens nas ruas urbanas revela, assim, além dos aspectos de desenraizamento relativo ao contexto familiar de uma estrutura residual da cultura nómada” (Fischer, 1994).

Conclusões

O método etnográfico que orientou as nossas incursões no terreno de estudo, bem como a análise, necessariamente integrada, do objeto a estudar, permitiu-nos retirar as conclusões que se foram descrevendo ao longo do capítulo II e de que a agora se faz uma breve súmula:

- Num primeiro olhar é possível perceber a diversidade e pluralidade de formas de sobrevivência na urbe, bem como definir categorias distintas cuja especificidade se reconduz a aspetos meramente visuais: características físicas, formas de vestir, formas de estar e formas de exercício da atividade.
- Já num segundo olhar, exigido pela prática científica e pela sua inerente necessidade de rigor e de objetividade, apercebemo-nos que as primeiras distinções traçadas diferem da perspetiva do sujeito pois desconsideram os seus projetos individuais e respetivas motivações, elementos que se revelam determinantes numa diferenciação que se quer subjetivada.
- Por isso, a distinção entre *marginais* e *marginados*, consoante a motivação advenha de um mero instinto de sobrevivência ou de uma opção, isto é, de uma escolha, mais ou menos, racional. Em comum a estas duas categorias, que apenas uma análise detalhada permitiu distinguir, a não identificação com o termo contendor e de senso comum, de pedinte, uma vez indiferente às suas especificidades e realidade condicionantes.
- A necessária multilateralidade da análise reivindica, por outro lado, a consideração da perspetiva da sociedade dominante relativamente a estas formas diversificadas de sobreviver na urbe. Mais do que perceber como o sujeito se vê na sociedade, procura-se entender a forma como a sociedade vê o sujeito social.
- Acresce a consideração do contexto, do espaço, territorializado pelos sujeitos sociais de acordo com critérios informalmente definidos, mas que valem como normas de conduta, regras de uma normatividade própria de que resulta uma certa previsibilidade e uma confortável repetibilidade de comportamentos. Antiguidade e

ética emergem assim como regras de conduta na utilização do espaço, procurando salvaguardar o *pedaço* de cada um dos sujeitos sociais.

“O homem não tem substância. E então? É a sua desgraça e a sua glória. Não estando sujeito a uma consistência fixa e imutável – a uma “natureza” –, tem a possibilidade de ser, ou pelo menos de tentar ser, o que quiser. É por esta razão, e não por acaso, que o homem é livre. É livre porque, não possuindo um ser dado e permanente, não tem outra alternativa senão procurá-lo. E isso, o que ele vai ser num futuro imediato ou longínquo, tem ele próprio de escolher e de decidir. De forma que o homem é livre... por força das circunstâncias. Não tem liberdade de deixar de o ser”.

Ortega Y Gasset (1952)

Referências bibliográficas

- Agra, C., Fernandes, L. (1991). *Uma topografia urbana das drogas: estudo exploratório no Porto*. Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga e Centro de Ciências do Comportamento Desviante. Lisboa.
- Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus Vadios: Contribuições para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Blanch, J. (1990). *Del viejo ai nuevo paro. Una analisis psicológico y social*. Barcelona, PPU.
- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões sociais*. Gradiva, Lisboa.
- Blumer, H. (1982, ed. orig. 1969). *El interaccionismo simbólico: perspectiva y método*. Hora, S.A. Barcelona.
- Capucha, L. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidade. Em: Leite Viegas, e António Firmino da Costa (org.). *Portugal, que Modernidade?* Celta Editora. Oeiras.
- Caria, T. (2003). A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras. Em: Caria, Telmo (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Afrontamento. Porto.
- Castel, R. (2005). A precariedade: transformações históricas e tratamento social. Em: Mar – Henry Soulet (ed.). *Da não Integração: tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*, Quarteto Editora. Coimbra.
- Chizzotti, A., (2003). A Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, **16 (2)**: 221-236.
- Creswell, J., (1998). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions*. California: Sage Publications.
- Denzin, N.C, Lincoln, Y.S.(Eds) (2000). *Handbook of Qualitative Research*. 2. Ed. Thousand Oaks, CA: Sage publications.
- Fatela, J. (1989). *O sangue e a rua: Elementos de uma antropologia da violência e, Portugal., 1926-1946*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Fernandes, L. (1990). *Actores e Territórios Psicotrópicos – etnografia das drogas numa periferia urbana*. Tese de Doutoramento da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Porto. 280 pp.
- Fernandes, L. (1997). Os lugares onde a cidade se interrompe. *Separata da Revista do Ministério Público*, 69, 81-99.
- Fernandes, L. (2002). *O sítio das drogas*. (3ª ed.). Editorial Notícias. Lisboa.

- Fernandes, L. (2005). Pobreza urbana e marginalidade no virar do milénio. Em: Sérgio Aires (ed.). *Fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*. Porto: Rede Europeia Anti-pobreza.
- Firmino da Costa, A. (1986). “A pesquisa de terreno em Sociologia”. Em: Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Afrontamento: Porto.
- Fischer, G. (1994). *Psicologia Social e do Ambiente: Perspectivas Ecológicas*. Instituto Piaget. Lisboa.
- Foucault, M. (1997; ed. Orig. 1975). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 16ª Ed. Editora Vozes. Petrópolis.
- Freud, S. (2009, Ed. Orig. 1920). *Para além do princípio do prazer*. Relógio D'Água. Lisboa.
- Goffman, E. (2004, ed. Orig. 1963). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Colectivo Sabotagem.
- Guba, E. (1990). The alternative paradigm dialog. In E. G. Guba (Ed.) *The paradigm dialog*. Sage Publications. Newbury Park.
- Hannerz, U. (1993). *Exploracion de la ciudad. Hacia una antropologia urbana*. Fondo de Cultura económica. México.
- Herpin, N. (1982). *A sociologia Americana. Escolas, problemáticas e Práticas*. Edições Afrontamento. Porto.
- Kuhn, T. (1994, ed. orig. 1962). *A estrutura das revoluções científicas* (3ª ed.). Editora Perspectiva. São Paulo.
- Magnani, J. (2003). Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *Os Urbanitas – Revista digital de antropologia urbana*, volume 1.
- Manita, C. (1997). Personalidade criminal e perigosidade: da «perigosidade» do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma «personalidade criminal». *Separata da Revista do Ministério Público*, 69, 55-80.
- Manita, C. (1998). *Auto-Organização Psicológica e Transgressão. Análise empírico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. Tese de Doutoramento da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Porto.
- Matza, D. (1981, ed. orig. 1969). *El proceso de desviación*. Taurus. Madrid.
- Medeiros, M. (2008). A vigilância fotográfica e a construção do sentido nostálgico. Em: José Machado Pais, Clara Carvalho, Neusa Mendes de Gusmão (org), *O visual e o quotidiano*. Imprensa e Ciências Sociais. Lisboa.
- Moore, S. (1988). *Investigating deviance*. Unwin Hyman. London.
- Neves, J. (1996). Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, S. Paulo, **1(3)**: 1-5.

Neves, T. (2006). *Entre o Educativo e o Penitenciário. Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes*. Tese de Doutoramento da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Porto.

Oliveira, A. (2008). *O mundo da prostituição de rua: trajectórias, discursos e práticas. Um estudo etnográfico*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Porto. 426 pp.

Ortega Y Gasset, J. (1952). *O Conhecimento do Homem do Século XX*. Publicações Europa-América.

Pais, J. M., Carvalho, C., Mendes de Gusmão, N. (org), (2008). *O visual e o quotidiano*. Imprensa e Ciências Sociais. Lisboa.

Peretz, H. (2000). *Métodos em Sociologia*. Lisboa: temas e debates.

Pinto, M. (1999). *Os Indigentes: Entre a Assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1º terço do século*. Livros Horizontes: Lisboa.

Pinto, M. (2009). *Gunas, transgressão e tensões centro-margem: notícias duma etnografia urbana Porto*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto, Porto. 383 pp.

Rock, P. (2001). Symbolic interactionism and ethnography. Em: Atkinson, Coffey, Delamont, Lofland & Lofland (Eds). *Handbook of ethnography*. Sage Publications. Londres.

Simmel, G. (1997, ed. orig. 1903). A metrópole e a vida do espírito in Carlos Fortuna (org), *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta. Oeiras.

Távora, F. (2004). *Da organização do espaço*. FAUP publicações. Porto.

Velho, G. (1974). *O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social*. Desvio e divergência. Uma crítica da Patologia Social. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Velho, G. (1978). Observando o Familiar. Em: E. O. Nunes, *A Aventura Sociológica*. Zahar Editores. Rio de Janeiro

Watzlawick P. (sd). *A Realidade é Real?* Colecção Antropos, Relógio D'Água. Lisboa.

Xiberras, M. (1993). *As teorias da Exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*. Instituto Piaget. Lisboa.

Outras referências

Revista Visão de 29 de Abril de 2010.

www.lazybeggars.com consultado em Julho de 2011.

Anexo 1 - Grelha de análise e conteúdo

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
Atores		Todas as descrições que partam da observação direta relativas: à forma como se apresentam em público; aos estilos pessoais de exercer actividade; às interações verbais e físicas entre os atores e os transeuntes.
Motivações		Todos os dados do discurso dos actores que permitam compreender: os mecanismos que o levaram àquela situação; as razões que identificam; os seus objetivos; os seus projetos de vida.
Trajectoria		Todos os dados relativos à história pessoal dos actores, relatados pelos próprios.
Percepções	Dos próprios atores (nosso objeto de estudo)	Todos os dados do discurso dos atores sobre a percepção que têm sobre si, sobre a sociedade, e como acham que a sociedade os encara.
	Olhar social	Todos os dados do discurso da sociedade, relativos aos nossos atores, pela voz de vendedores ambulantes, comerciantes e transeuntes.
Rua		Todos os dados da observação e do discurso dos atores relativos à sua vivência do espaço.